

FACULDADE VALE DO CRICARÉ

WENDRESON DE ASEVEDO ROSSINI

**ANÁLISE DA EVASÃO ESCOLAR NO CURSO SUPERIOR DE
TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS -
EAD**

**SÃO MATEUS
2018**

WENDRESON DE ASEVEDO ROSSINI

ANÁLISE DA EVASÃO ESCOLAR NO CURSO SUPERIOR DE
TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS -
EAD

Dissertação apresentada à Faculdade Vale do
Cricaré para obtenção do título de Mestre em
Gestão Social, Educação e Desenvolvimento
Regional.

Área de Concentração: Educação e
Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr^a. Lilian Pittol Firme de Oliveira

SÃO MATEUS
2018

Nome: ROSSINI, Wendreson de Asevedo

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

R835a

Rossini, Wendreson de Asevedo.

Análise da evasão escolar no curso superior de tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas - EaD / Wendreson de Asevedo – São Mateus - ES, 2018.

84 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2018.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Lilian Pittol Firme de Oliveira.

1. Educação a distância. 2.Evasão escolar. 3. Análise e desenvolvimento de sistemas. 4. Oliveira, Lilian Pittol Firme de. I. Título.

CDD: 371.2935

WENDRESON DE ASEVEDO ROSSINI

**ANÁLISE DA EVASÃO ESCOLAR NO CURSO SUPERIOR DE
TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE
SISTEMAS - EaD**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Aprovado em 14 de março de 2018.

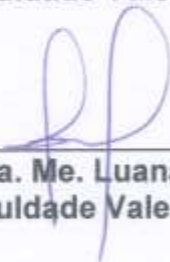
COMISSÃO EXAMINADORA



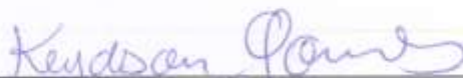
Profa. Dra. Lilian Pittol Firme de Oliveira
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientadora



Prof. Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Profa. Me. Luana Frigulha Guisso
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Prof. Dr. Keydson Quaresma Gomes
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Aos meus pais, por tudo o que fizeram por mim.
À minha esposa, pelo amor, carinho, dedicação e força para que eu pudesse
elaborar este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela saúde, discernimento, força e capacidade para concluir este trabalho.

Aos meus pais José e Ana que, com sacrifício, não mediram esforços para oferecer-me educação de qualidade.

À minha amada esposa, que me apoiou e incentivou do início ao fim desta jornada com muito carinho e compreensão. Que muitas vezes se sacrificou em prol de meu crescimento.

Ao Professor Me. Eduardo Lucas Sena, pelo apoio e incentivo para meu ingresso no Mestrado Profissional em Educação, Gestão Social e Desenvolvimento Regional.

À minha orientadora Prof^a. Dr^a. Lilian Pittol Firme de Oliveira, pela sua paciência e sabedoria para me conduzir na elaboração deste trabalho.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”

Paulo Freire

RESUMO

ROSSINI, W. A. **Análise da evasão escolar no curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas - EaD**. 2018. 83 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2018.

A educação é um importante elemento para a formação cidadã e profissional de toda pessoa. No Brasil, a educação iniciou-se no período imperial com a chegada da Companhia de Jesus para catequizar os nativos, criando um ambiente civilizado para os que viriam para o país. A educação apareceu na primeira Constituição Brasileira em 1824, inspirando um Sistema Nacional de Educação que deveria implantar colégios primários, ginásios e universidades. Com a evolução da Tecnologia da Informação, o ensino a distância que havia surgido em 1904, expandiu-se consideravelmente pelo país disseminando conhecimento, levando educação para aqueles que não podem estar diariamente em uma faculdade. Porém, a evasão no ensino superior público tornou-se um fenômeno preocupante para o governo, o qual criou uma Comissão Especial para estudar a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. O presente estudo, objetiva identificar os principais motivos que levam os alunos a evadir do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – modalidade EaD. Foi realizado em um instituto de ensino superior público (IESP), visto que a alta taxa de evasão pode fazer com que o governo mantenedor do curso diminua seus investimentos ou até mesmo pare de subsidiá-lo. Isso pode acarretar seu fechamento, bem como dificultar o desenvolvimento daquela área de estudos na região ofertada. Vale ressaltar que, para manter o andamento de qualquer curso, há uma equipe de profissionais trabalhando por e nele, e encerrá-lo representaria uma provável demissão daqueles que não podem ser realocados em outras atividades. No presente trabalho foi aplicado o cálculo de evasão escolar estabelecido pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, identificou-se um alto índice de evadidos nas turmas de 2008 e 2009. Os alunos evadidos foram caracterizados como jovens, solteiros, residentes na mesma cidade do polo de apoio presencial, utilizam veículos automotores para se locomover até o polo. Os evadidos não seguem a orientação da IESP quanto ao tempo de estudo e não realizaram o curso preparatório para o ensino a distância. Identificou que os principais fatores motivadores para a evasão escolar foram a distância do polo, assistência ao aluno, pouco tempo para o estudo e mudança de interesse para outro curso.

Palavras Chave: Educação a distância. Evasão escolar. Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

ABSTRACT

ROSSINI, W. A. **Analysis of school dropout in the course of Technology in Analysis and Development of Systems - EaD**. 2018. 83 f. Dissertation (Masters) - Vale do Cricaré College, São Mateus, 2018.

Education is an important element for a citizen and professional formation of every person. In Brazil, education began in the imperial period with the arrival of Companhia de Jesus, to catechize natives, creating a civilized environment to the ones who would come to the country. The education had its first appearance in the First Brazilian Constitution in 1824. It resulted in an inspiration to create a National System of Education, which should implant primary colleges, gymnasiums and universities. With the evolution of Information Technology (IT), the distance learning, which had emerged in 1904, expanded itself considerably through the country, spreading knowledge, leading education to those who may not be, daily, in a college. However, evasion in public higher education has become a worrying phenomenon for the government, which has created a Special Commission to study and comprehend the evasion in Brazilians Public Universities. The present study has as its objectives to identify the main reasons that lead the students to evade from the Advanced Course in Technology in System Analysis and Development - EaD modality. The study was realized in a public higher education institute (IESP), since the high rate of evasion can make that the government, which maintains, the course, to reduce its investments or even to stop subsidizing it. This may lead to its closure, as well as making difficult the development of that area of studies, in the region where the course was offered. It is worth mentioning that, in order to maintain the progress of any course, there is always a group of professionals working in it, and closing the course would represent a probable dismissal of those who cannot be relocated to other activities. In the current study, a scholar evasion calculation was applied, having as its basis the Special Studies Committee on Evasion in Brazilian Public Universities, a high rate of evasion was observed in 2008 and 2009 classes. The evaded students were characterized as young, single, resident in the same city of the presence support pole besides using automobiles to go to the pole. Evaded ones do not follow IESP guidance, regarding the time of study and did not realized the preparatory course for distance education. It was, also, identified that the main reasons for school evasion were the distance from the pole, assistance to the student, little time to study, and change of interest for another course.

Keywords: Distance education. School evasion. Analysis and systems development.

LISTAS DE SIGLAS

AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CAPES	Coordenação de Avaliação do Pessoal do Ensino Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CsF	Ciência sem Fronteiras
EaD	Educação a Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ES	Estado do Espírito Santo
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento
IES	Instituição de Ensino Superior
IESP	Instituto de Ensino Superior Público
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PNAC	Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PUC-PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Saeb	Sistema de Avaliação do Ensino Básico
SINAES	Avaliação da Educação Superior
SESu	Secretaria de Educação Superior
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa Etária dos Alunos Evadidos	56
Gráfico 2 – Estado Civil dos Alunos Evadidos.....	56
Gráfico 3 – Distância da Moradia até o Polo de Apoio Presencial	57
Gráfico 4 – Locomoção dos Alunos Evadidos até o Polo de Apoio Presencial	57
Gráfico 5 – Vínculo Empregatício por Aluno Evadido.....	58
Gráfico 6 – Renda Familiar por Aluno Evadido	58
Gráfico 7 – Quantidade de Pessoas que viviam com o Aluno Evadido.....	59
Gráfico 8 – Escolaridade dos Pais por Aluno Evadido	59
Gráfico 9 – Tipo de Escola que o Evadido Coursou	60
Gráfico 10 – Número de Vezes que o Evadido parou de estudar	60
Gráfico 11 – Como o Evadido Acessava o Computador	61
Gráfico 12 – Já havia tido Experiência em Cursos a Distância	61
Gráfico 13 – Pesquisou sobre o Curso.....	62
Gráfico 14 – Tinha Experiência em TI.....	62
Gráfico 15 – Número de Vezes por Semana que o Evadido ia ao Polo para Estudos	64
Gráfico 16 – Horas Semanais Reservadas para Estudo por Aluno Evadido	64
Gráfico 17 – Quantidade de Dias de Estudo por Semana.....	65
Gráfico 18 – Reunia com Colegas para Estudos.....	65
Gráfico 19 – A Quem se Reportava ao ter Dúvidas	66
Gráfico 20 – Realização de Curso Preparatório para Modalidade a Distância Antes do Início do Curso Oferecido pela IESP	66
Gráfico 21 – Dificuldades na Modalidade a Distância	67
Gráfico 22 – Professores Respondiam as Dúvidas com Clareza.....	68
Gráfico 23 – Professores Respondiam as Dúvidas do Prazo Estipulado pela IESP ..	68
Gráfico 24 – A IESP Oferecia Material Didático	69
Gráfico 25 – Sobre o Acervo da Biblioteca.....	69
Gráfico 26 – Sobre o Laboratório de Informática.....	70
Gráfico 27 – Período que o Aluno Evadiu do Curso	70
Gráfico 28 – Fatores Mais Relevantes que Motivaram a Evadir do Curso	71

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 OBJETIVO GERAL	16
1.1.1. Objetivos Específicos.....	16
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	17
2.1.1. A Educação na República.....	17
2.1.2. A Educação no Regime Militar	27
2.1.3. A Educação na Nova República	29
2.1.4. Educação a Distância Brasileira.....	34
2.2 EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO	41
3. METODOLOGIA	47
4. RESULTADOS.....	52
4.1 CARACTERÍSTICAS E FUNCIONAMENTO DA IESP	53
4.2 CARACTERÍSTICAS DOS EVADIDOS	55
4.3 COMPROMETIMENTO DOS EVADIDOS	63
4.4 FATORES MOTIVADORES PARA A EVASÃO.....	67
4.5 PROPOSTA DE AÇÕES PARA MINIMIZAR A TAXA DE EVASÃO	72
5. CONCLUSÃO	73
6. REFERÊNCIAS.....	74
7. APÊNDICE A – Entrevista com o Coordenador do Curso.....	78
8. APÊNDICE B – Questionário aplicado aos Alunos Evadidos.....	80

1. INTRODUÇÃO

A educação é um importante elemento para a construção e formação do ser humano como cidadão e como profissional, pois o torna em um ser mais sociável. Além disso, o ser humano, ao ser considerado o centro de atenção do processo de desenvolvimento, transforma a educação em um setor primordial para sua formação pessoal e profissional.

Nessa perspectiva, é importante considerar principalmente a educação em nível superior no Brasil, visto que nas últimas décadas ocorreu uma grande diversificação nos cursos, principalmente com o surgimento de novas profissões. Em consequência, novos formatos de ensino surgiram, conforme estabelecido no artigo 44 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Entre esses novos formatos de ensino, este trabalho destaca o Ensino a Distância (EaD), o qual objetiva disponibilizar conhecimento às pessoas que moram em locais em que o ensino superior tradicional não está presente e para aqueles que não têm condições de estar diariamente em uma instituição de ensino superior. Essa modalidade, desse modo, passa a disseminar a educação por todo o país.

Dada essa oportunidade pela LDB de 1996, várias instituições de ensino superior, tanto privadas como públicas, com o decorrer do tempo aderiram a essa nova modalidade de ensino, oferecendo cursos superiores presenciais e também em EaD. Além disso, outras instituições surgiram oferecendo cursos superiores exclusivamente na modalidade de ensino a distância.

Outro aspecto que contribuiu para a expansão da modalidade EaD ocorreu a partir da década de 80, com a mudança do cenário econômico brasileiro devido ao impacto das novas tecnologias empregadas no trabalho, fazendo com que a educação profissional se distanciasse da formação de profissionais para um ambiente padronizado e seriado. Nesse contexto surgiram os cursos superiores em tecnologia com a finalidade de suprir as necessidades do mercado de trabalho. São cursos superiores mais curtos do que o bacharelado e a licenciatura, porém os profissionais tecnólogos atuam especificamente na área de sua formação.

O mercado de trabalho nos anos de 2016 e 2017 teve um aumento no desemprego, porém, a área de Tecnologia da Informação (TI) percorreu o caminho contrário, as vagas para carreira de TI aumentaram. Em 2016, cerca de 50 mil empregos estavam a espera de um profissional qualificado conforme a Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (G1.GLOBO, 2016). Em meio a crise, a área de TI é vista pelas empresas como aliada estratégica na redução de gastos, no aumento de produtividade e rentabilidade. Um relatório da consultoria HAYS em 2017 apontou o cargo de Analista como um dos três cargos em alta no Brasil (EXAME, 2017).

No Brasil, porém, os cursos de graduação a distância não eram bem vistos nos primeiros anos em que foram ofertados. Os alunos em sua maioria eram mais velhos e estavam buscando a segunda graduação, cenário esse que mudou nos dias de hoje, em que vários alunos ingressam na EaD para cursar a primeira graduação. Os formandos nas graduações de EaD também se tornaram mais bem vistos pelo mercado de trabalho, tendo em vista que são profissionais que buscam soluções, tem mais foco e geram resultados mais rápidos, possuem facilidade de aprender e desenvolver as próprias habilidades e competências de forma autônoma com o decorrer do tempo, além de serem mais disciplinados e criativos (G1.GLOBO, 2016).

Nesse cenário e com o grande avanço tecnológico, diversos cursos superiores de tecnologia surgiram na área da Tecnologia da Informação. Entre eles, destaca-se o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, que permite ao profissional trabalhar no desenvolvimento de sistemas, consultoria, gestão de TI, entre outros, além de permitir visualizar formas de automatizar processos de qualquer área.

Segundo o Censo do Ensino Superior realizado em 2016 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), verificou-se que o ingresso de alunos nos cursos superiores cresceu 2,2% em relação ao ano de 2015. Tal crescimento foi motivado pela modalidade de cursos a distância, a qual teve um aumento de 20% de alunos ingressantes entre esses dois anos, enquanto os cursos presenciais apresentaram um decréscimo de 3,7% de ingressantes. Em relação aos cursos

superiores em tecnologia, a educação a distância já representava 40% das matrículas em 2016.

Ainda de acordo com o Censo do Ensino Superior de 2016, houve um aumento de 2,4% em relação ao ano de 2015 de alunos concluintes nos cursos superiores presenciais, porém nos cursos superiores modalidade a distância houve um decréscimo de 1,3% no mesmo período. Além disso, entre 2010 a 2014, a taxa de evasão aproximou-se de 50%.

A evasão nos cursos superiores EaD é uma realidade que apresenta números preocupantes, sendo necessário realizar pesquisas sobre esse fenômeno, principalmente quando se trata de cursos ofertados por instituições de ensino superior público, no qual não há mensalidades a serem pagas, o que alivia o fator econômico do aluno e sua família.

Convém ressaltar que o ingresso no curso superior representa para o aluno e sua família o início de um sonho, de obter uma profissão por meio da qual seja possível garantir um futuro com rendimentos financeiros que lhe permita ter uma vida que satisfaça suas necessidades, seus desejos. A evasão do curso sem retorno ou mudança para outro representa para o acadêmico a não realização de sua graduação, de seu sonho, a interrupção de um ciclo de vida, a diminuição da possibilidade de conseguir um emprego com uma remuneração melhor.

Assim, para analisar melhor esse cenário e suas implicações desenvolveu-se esta pesquisa a em um Instituto de Ensino Superior Público (IESP) localizado no Estado do Espírito Santo (ES). Esse instituto oferece cursos superiores na modalidade presencial e a distância com polos em todas as regiões do Estado, em específico o curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas nos polos das cidades de Conceição da Barra e Pinheiros, região Norte do ES. Nesses polos, o autor deste trabalho foi tutor a distância de algumas disciplinas do curso supracitado nos semestres 2012/1, 2012/2 e 2014/1, tendo percebido um número significativo de evasão.

Diante o exposto, o presente trabalho tem como problema de pesquisa: Quais os principais motivos que levam os alunos a evadir do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – modalidade a distância - de um Instituto de Ensino Superior Público na região Norte do Espírito Santo?

1.1 OBJETIVO GERAL

Identificar os principais motivos que levam os alunos da região norte do Estado do Espírito Santo a evadirem do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – modalidade EaD - e propor medidas para minimizar a taxa de evasão.

1.1.1. Objetivos Específicos

- Elencar as ferramentas aplicadas pelo Instituto de Ensino Superior Público no Curso Superior em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – modalidade EaD.
-
- Descrever as características dos alunos evadidos do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – modalidade EaD.
- Verificar o comprometimento dos alunos do Instituto de Ensino Superior Público no Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – modalidade EaD.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

2.1.1. A Educação na República

A coroa portuguesa, em busca das riquezas brasileiras, símbolo de poder entre as nações daquela época, identificou nos nativos uma forma de empreendimento viável para extração dos recursos do Brasil. O rei de Portugal D. João III, então, implantou no Brasil o regime de capitanias hereditárias, objetivando um maior povoamento, defesa e propagação da fé católica. Assim, o país povoado por tribos que em sua maioria eram nômades, passaria a ser predominantemente habitado por um povo de moradia fixa, o que facilitava a evangelização.

Diante das dificuldades enfrentadas pelo regime de capitanias hereditárias, D. João III criou o Governo Geral, sendo este o primeiro representante do poder público na Colônia (RIBEIRO, 2007). Tal Governo pôs fim ao regime de capitanias hereditárias, tendo sua primeira administração com Tomé de Souza, o qual trouxe consigo os primeiros professores da Colônia, o Padre Manoel da Nóbrega e outros jesuítas em 1549, sendo denominado de Companhia de Jesus (GHIRALDELLI JR, 2015).

A Coroa portuguesa iniciou, assim, uma ordem religiosa no Brasil Colônia com a chegada dos jesuítas, dando início à educação brasileira. Os jesuítas, tendo como base educacional a de Portugal, tinham como finalidade catequizar e instruir os nativos, bem como as pessoas que viriam para o Brasil. A preparação de sacerdotes para continuar a evangelização também era outra incumbência dos jesuítas.

Nesse contexto, os jesuítas estariam aculturando e evangelizando os nativos, ou seja, civilizando-os, conforme observado por Faria Filho, Lopes e Veiga (2011), os quais relatam que, desde a chegada ao Brasil, os jesuítas estabeleceram escolas e começaram a ensinar a ler, escrever, contar e cantar. Com isso, criou-se um ambiente civilizado e religioso para os degradados e aventureiros que viessem para a Colônia (NORONHA; RIBEIRO; XAVIER, 1994).

Os jesuítas que estavam no Brasil-Colônia, objetivando a formação de novos padres, desenvolveram colégios de ordenação com o intuito de dar continuidade à evangelização ora ali instalada e, graças ao desenvolvimento desses colégios, os mestiços e os filhos dos colonos brancos obtiveram educação, embora incipiente (GHIRALDELLI JR, 2015).

Aos poucos também começaram a estender o ensino para os leigos que não queriam seguir a carreira do sacerdócio, e sim prosseguir os estudos na Europa. Por esse motivo, o Padre Manoel de Nóbrega elaborou um plano de ensino adaptado ao Brasil com aulas de humanidade e gramática básica, a fim de propiciar condições àqueles que desejassem avançar nos estudos.

O plano de ensino do Padre Manoel de Nóbrega é detalhado por Ghiraldelli Jr. (2015, p.28):

“[...] o ensino do português, a doutrina cristã e a ‘escola de ler e escrever’ – isso como patamar básico. Após essa fase, o aluno ingressava no estudo da música instrumental e do canto orfeônico. Terminada tal fase, o aluno poderia ou finalizar os estudos com o aprendizado profissional ligado à agricultura ou seguir mais adiante com aulas de gramática e, então, completar sua formação na Europa.”

Ao analisar o primeiro plano educacional do Padre Manoel da Nóbrega percebe-se que, além de catequisar e instruir os indígenas como determinava o Regimento Português, havia outra intenção, ou seja, ensinar também os filhos dos colonos, uma vez que os jesuítas até então eram os únicos educadores de profissão que tinham apoio na Colônia (RIBEIRO, 2007).

Com a estruturação e consolidação da Companhia de Jesus, a ordem religiosa tornou-se uma das mais importantes da modernidade, impressionando devido à sua importância com inúmeras missões, e a construção pelos jesuítas de vários colégios. A criação desses colégios fez com que a Companhia de Jesus começasse a se preocupar em criar regras para o ensino. Vários planos de estudos foram criados, alterados e experimentados até que foi publicado oficialmente o *Ratio Studiorum*. Este era composto por regras que tinham como finalidade organizar os estudos além

de orientar o conteúdo educativo que era pertinente ao pleno funcionamento dos colégios.

O sistema *Ratio Studiorum* estabelecia a Gramática média, Gramática superior, Humanidades, Retórica e, para preparação do sacerdócio, havia ainda Filosofia e Teologia, como currículo do colégio (FARIA FILHO; LOPES; VEIGA, 2011). Objetivava a “formação integral do homem cristão”, baseando-se na cultura e na fé daquele tempo. Articulava-se em um curso básico de humanidades com um de filosofia, seguido de teologia, finalizando os estudos na Europa (GHIRALDELLI JR, 2015). Dessa forma, evidencia-se que esse sistema privilegiava a educação dos filhos dos colonos brancos, legando os índios ao segundo plano.

Alguns autores como Noronha, Ribeiro e Xavier (1994) relatam que o sistema de ensino *Ratio Studiorum* era subsidiado pela Coroa com 10% dos impostos cobrados na Colônia por meio do sistema do padrão de redizima. A duração dos cursos secundários até o superior era em média de dez anos e não concediam diploma, sendo privilégio da metrópole. Desse modo, os instruídos eram obrigados a finalizar seus estudos na Europa, com mais frequência em Coimbra, mantendo laços com a cultura portuguesa.

Percebe-se, dessa forma, que o ensino estava disponível para a elite da Colônia, enquanto para os nativos restavam apenas serem catequizados. Ribeiro (2007) reforça a ideia de privilegiar os descendentes dos colonizadores ao verificar que os colégios jesuíticos foram construídos para a formação da elite colonial, e que o plano de catequizar e instruir os índios se distanciava do plano real. Assim, tanto a elite como os nativos da Colônia sofreram uma enorme influência dos colégios jesuíticos.

Muito embora ainda sob a influência dos jesuítas, tempos depois iniciou-se uma reforma no ensino brasileiro – a Reforma Pombalina, culminando na expulsão da Companhia de Jesus do Brasil elaborada pelo Marquês de Pombal – Ministro de Estado em Portugal. Consistiu na construção de um sistema público de ensino no Brasil adaptado com as mudanças culturais, econômicas e políticas que ocorriam na Europa (GHIRALDELLI JR, 2015).

Tal reforma objetivava a formação de um nobre perfeito e que um número maior de estudantes buscasse os cursos superiores. Nasceu, dessa forma, o ensino público, no qual a educação era custeada pelo Estado. Ao mesmo tempo, a diversidade do conteúdo aumentou, visando uma quantidade mais ampla de atividades práticas possíveis.

Com a Reforma Pombalina, o curso de Humanidades instituído pelos jesuítas cedeu lugar às “aulas régias”, aulas avulsas de latim, grego, filosofia e retórica (GHIRALDELLI JR, 2015). Quanto ao ensino do latim, havia a orientação de ser apenas um instrumento da cultura latina e servir como auxílio da língua portuguesa. Em relação ao grego, deveriam ter as dificuldades vencidas na leitura, na gramática e na construção, além de ser indispensáveis aos médicos, advogados, artistas e a teólogos. Em relação à retórica, deveriam ser úteis ao contato cotidiano. As diretrizes da filosofia ficaram para mais tarde (RIBEIRO, 2007).

Tudo isso ocorreu sob a égide da Coroa Portuguesa, porém, ao fugir dos conflitos entre ingleses e franceses pela disputa do mercado europeu e mundial em 1808, o Príncipe Regente português D. João VI desembarcou no Brasil, tornando-o sede de Portugal. A vinda da coroa portuguesa ao Brasil transformou a realidade brasileira em diversos aspectos e no ensino brasileiro favoreceu o surgimento de cursos profissionalizantes, militares e superiores não teólogos. Assim, originou-se a estrutura de ensino imperial dividida em três níveis: primário, secundário e superior. O primário ficou encarregado de ensinar a ler e escrever, o secundário dividiu-se em disciplinas, utilizando o formato das aulas régias (RIBEIRO, 2007), e o superior era no formato de aulas avulsas, com sentido profissional prático (ROMANELLI, 2014).

Após 12 anos da chegada de D. João VI à Colônia, a Corte portuguesa retornou à Portugal e, em 1822, D. Pedro I proclamou a Independência do Brasil. Em 1824 foi outorgado a primeira Constituição Brasileira.

A Constituição Brasileira abordava a educação brasileira em um tópico específico, a qual inspirava um Sistema Nacional de Educação em que o Império deveria ter colégios primários, ginásios e universidades.

O autor Fávero (2001, p. 55) confirmou a ideia desse Sistema Nacional de Educação ao reproduzir a redação de três artigos da Constituição Brasileira, sendo eles:

“[...]art. 250 – Haverá no Império escolas primárias em cada termo, ginásios em cada comarca e universidades nos mais apropriados locais; art. 251 – Leis e regulamentos marcarão o número e a constituição desses úteis estabelecimentos; art. 252 – Livre a cada cidadão abrir aulas para o ensino público, contando que responda pelos abusos.”

Verifica-se, assim, que esses três artigos da Constituição Brasileira contêm a ideia de que o Império deveria ser responsável pelas escolas primárias, ginasiais e universidades, e que deveria haver leis e regulamentos orientando a quantidade e a criação dessas escolas.

Outro autor, Ghiraldelli Jr. (2015), destacou que, na prática, devido a uma falta de entendimento entre as necessidades e os objetivos propostos, a ideia do Império ter a responsabilidade nos três níveis de ensino culminou na adoção do “método lancasteriano de ensino”. Esse método implicava em uma ajuda mútua, na qual o aluno mais adiantado auxiliava um aluno menos adiantado na leitura, escrita, cálculo e no catecismo.

Nota-se, desse modo, que o quantitativo de professores e escolas não eram o suficiente para o ensino brasileiro, o qual evidenciava a falta de organização com a educação do Brasil. Porém, o método lancasteriano de ensino não permaneceu muito tempo para verificar que não daria certo. Fávero (2001, p.59) confirmou o insucesso do método do ensino mútuo ao reproduzir o registro do relatório de 1833 do Ministério do Império que dizia: “[...] este método não tem apresentado aqui as vantagens obtidas em outros países; por esta razão o governo está disposto a não multiplicar as escolas onde se ensine por este método, enquanto as existentes se não aperfeiçoarem”.

Além disso, nessa época o Brasil atravessava uma grave situação financeira, tendo realizado empréstimos estrangeiros que dificilmente seriam pagos devido ao agravamento dos juros, à taxação das importações, entre outros. Isso resultou que os recursos necessários para reorganizar a estrutura do ensino brasileiro não

estariam disponíveis, ocorrendo, assim, uma descentralização da educação, sendo chamado de “Ato Adicional à Constituição”, em 1834.

Com a promulgação do Ato Adicional de 1834 – emenda à Constituição de 24, as Províncias assumiram a responsabilidade em gerir o ensino público (ROMANELLI, 2014). Passaram a garantir a gratuidade do ensino primário e secundário no Brasil (FÁVERO, 2001), enquanto o governo central ficou responsável pelo ensino superior, aperfeiçoando e expandindo-o por todo território brasileiro (NORONHA; RIBEIRO; XAVIER, 1994).

Com a responsabilidade do governo brasileiro em expandir o curso superior pelo território nacional surgiram os cursos de Direito, Engenharia, Medicina e Militares pelo Brasil. Segundo Ghiraldelli Jr. (2015), existiam os cursos de Direito, em São Paulo e Olinda, Engenharia, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, e Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro. Além deles eram ofertados cursos militares no Sul e Sudeste Brasileiro. A expansão dos cursos superiores pelo Brasil facilitou e favoreceu o acesso ao ensino superior, extinguindo a necessidade de os estudantes buscarem tal formação na Europa.

No entanto, a realidade política brasileira apresentava características de divisão, ou seja, havia durante o Período Imperial duas classes elitistas, dos que estavam ligados à produção de tabaco, algodão e cana, e dos ligados à produção de café. Esta última apresentava um grande crescimento, porém encontrava-se insatisfeita com o governo do Imperador. Junto à insatisfação dos cafeicultores ocorreu a desescravização e o trabalho assalariado. A classe média formada por pequenos agricultores, comerciantes, militantes e os trabalhadores rurais, não contente com a política econômica instalada pelo Imperador, juntou-se com os senhores do café criando um movimento que o Império não conseguiria sustentar e que, por consequência, culminaria na proclamação da República em 1889. Com o início do Brasil República ocorreram algumas mudanças, como as províncias tornando-se Estados autônomos, sendo regidos por suas próprias leis, porém o Governo Republicano mantinha reserva de poder, entre eles na área da educação brasileira.

Os autores Faria Filho, Lopes e Veiga (2011, p.157) detalhou essa mudança no governo nacional:

“[...] as províncias foram transformadas em estados regidos por constituições próprias, com seus governantes eleitos, suas forças policiais autônomas. Ademais, podiam contrair empréstimos externos diretamente e legislar sobre questões fundamentais como a imigração. Mas o regime federativo reservava parcela de poder ao governo nacional, particularmente na área educacional.”

Com a transformação no Brasil decorrente da proclamação da República e com a Constituição Brasileira outorgada em 1891 ocorreu uma descentralização na educação no País; a República Federativa do Brasil ficou responsável por criar as instituições de ensino superior e secundário nos Estados, e os Estados encarregados de criar as instituições do ensino primário.

A descentralização da educação promovida pela Constituição Brasileira não aconteceu como se esperava, conforme observado por Romanelli (2014), ou seja, na prática, o Governo Brasileiro ficou incumbido de criar e gerenciar as instituições superiores e secundárias pelo Brasil, e os Estados responsáveis pela criação e controle do ensino primário e profissional.

Vale ressaltar que, a partir do início da Primeira República, houve várias reformas na educação brasileira. Benjamin Constant, Ministro da Instrução, Correios e Telégrafos, tentou realizar mudanças no currículo do ensino secundário, como a gratuidade da educação primária, entre outros. O ensino primário foi dividido em duas partes, sendo a primeira divisão para alunos de 7 a 13 anos – 1º grau, e a segunda divisão para alunos de 13 a 15 anos – 2º grau. O ensino secundário passou a ter uma duração de 7 anos (RIBEIRO, 2007). Incluiu disciplinas científicas na tentativa de substituir o currículo acadêmico pelo currículo enciclopédico (ROMANELLI, 2014).

Houve outras reformas, porém fracassaram, como a Lei Rivadávia Correia em 1911, por meio da qual se concedia total liberdade e autonomia às instituições, desoficializando o ensino. Em resposta ao fracasso da Lei Rivadávia Correia, em 1915, ocorreu a reforma de Carlos Maximiliano – novo Ministro do Interior,

reoficializando o ensino e regulamentando o acesso aos cursos superiores por meio de exame vestibular nas próprias instituições. Após dez anos, ocorre a reforma de Rocha Vaz – presidente do Conselho Superior de Ensino, intensificando os exames para acesso ao ensino superior por ordem de classificação, ficando sob responsabilidade dos diretores das faculdades indicar o número de vagas a cada ano para o ingresso. Além disso, tentou-se um acordo entre a União e os Estados relacionado à promoção da educação primária.

Na Primeira República surgiram inúmeras ideias sobre a educação, porém pouco se alterou. O analfabetismo do povo brasileiro ainda era alarmante. No governo de Vargas diversas atividades foram propostas para a educação brasileira, como a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, reforma do ensino secundário e superior, o Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova e a Constituição Federal de 1934.

Somado a isso, em 11 de abril de 1931, foi promulgado pelo governo brasileiro o Decreto nº 19.851, que instituiu o Estatuto das Universidades Brasileiras, o qual estabelecia o regime universitário no Brasil com as seguintes finalidades:

“Art. 1º - O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral; estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza da nação e para o aperfeiçoamento da humanidade.” (ROMANELLI, 2014, p.134)

Observa-se, assim, que o Estatuto das Universidades Brasileiras estabeleceu uma padronização na organização das instituições de ensino superior no Brasil, no qual cada universidade surgia da reunião de faculdades, sendo dirigidas por um Diretor selecionado pelo Ministro da Educação.

Nesse sentido, Francisco Campos foi o primeiro a ocupar o Ministério da Educação, o qual criou algumas leis no âmbito da educação, ficando conhecida como “Reforma Francisco Campos”. Ghiraldelli Jr (2015) destaca também o Decreto nº 19.850, que cria o Conselho Nacional de Educação (CNE), o Decreto nº 19.851, que regulamenta

e organiza o ensino superior no País, o Decreto nº 19.852, que organiza a Universidade do Rio de Janeiro, o Decreto nº 19.890, que organiza o ensino secundário, e o Decreto nº 21.241, que consolida as regulamentações sobre o ensino secundário.

Entre a IV Conferência Nacional de Educação, que contava com presença de Getúlio Vargas e Francisco Campos, e a V Conferência Nacional de Educação, alguns jovens intelectuais se reuniram e assinaram um texto denominado de “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, em 1932. O Manifesto propunha a criação de um sistema nacional de educação, no qual Azevedo apud Ribeiro (2007, p. 108) destaca os seguintes pontos do programa educacional:

- I. Estabelecimento de um sistema completo, com uma estrutura orgânica, conforme as necessidades brasileiras [...].
- II. Organização da escola secundária (12 a 18 anos) em tipo flexível de nítida finalidade social, como escola para o povo [...].
- III. Desenvolvimento da escola técnica profissional, de nível secundário e superior [...].
- IV. Organização de medidas e instituições de psicotécnica e orientação profissional para o estudo prático do problema de orientação e seleção profissional e adaptação científica do trabalho às aptidões naturais.
- V. Criação de Universidades [...].
- VI. Criação de fundos escolares ou especiais (autonomia econômica) destinados à manutenção e desenvolvimento da educação em todos os graus [...].”

Nota-se, assim, que o programa educacional proposto pelo Manifesto sugeria uma educação voltada para os interesses do indivíduo, independentemente de sua classe social e sexo, ou seja, educação tanto para elite quanto para os mais pobres, reivindicação essa motivada pela ascensão de novas classes sociais, além de ensino gratuito assegurado pelo Estado.

A consequência do Manifesto pode ser percebida em alguns textos da Constituição de 1934, a qual estabeleceu que a União ditaria as diretrizes da educação nacional, a fixação do Plano Nacional de Educação, a gratuidade do ensino e a garantia do direito de todos à educação, entre outros.

Pode-se comprovar os reflexos do Manifesto na Constituição Brasileira de 1934 ao observar os artigos:

“Art 5º - Compete privativamente à União:

[...]

XIV - traçar as diretrizes da educação nacional;

[...]

Art 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

Art 150 - Compete à União:

a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País;

[...]

Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras a e e , só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas:

a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos;

[...]

Art 151 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal organizar e manter sistemas educativos nos territórios respectivos, respeitadas as diretrizes estabelecidas pela União.

Art 152 - Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, elaborar o plano nacional de educação para ser aprovado pelo Poder Legislativo e sugerir ao Governo as medidas que julgar necessárias para a melhor solução dos problemas educativos bem como a distribuição adequada dos fundos especiais. [...]” (BRASIL, 1934)

Nesse contexto histórico, político e social, Getúlio Vargas, Presidente da República pela Assembleia de 1934, por meio de um golpe de estado com apoio militar, tornou-se um ditador que implantaria um novo regime denominado de “Estado Novo” e, em 1937, promulgaria a nova Constituição da República Federativa do Brasil, diminuindo a responsabilidade da União no ensino. Dessa forma, o Estado ficou responsável em subsidiar gratuitamente a educação apenas para os que não tivessem recursos financeiros suficientes para ingressar no ensino privado, como pode ser comprovado ao observar os artigos 129 e 130 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937:

“Art 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

Art 130 - O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar. ”

O autor Romanelli (2014, p. 157) definiu bem a situação daquela época ao dizer que “Aquilo que na Constituição de 1934 era um dever do Estado passa, na Constituição de 1937, a uma ação meramente supletiva”. Assim, a educação pública brasileira ficou estagnada com a Constituição Brasileira de 37.

Contudo, em 1946, foi promulgada uma nova Constituição Brasileira, inspirada nas doutrinas liberais e democráticas. A educação teve um capítulo dedicado – artigos 166 a 175 – e houve o retorno da responsabilidade privativa da União em estabelecer as diretrizes e bases da educação brasileira. Essa Constituição Brasileira de 1946 vigorou até o ano de 1967, período em que o Brasil passou por diversas mudanças socioeconômicas, principalmente no setor industrial. Tal desenvolvimento no País fez com que surgissem novas necessidades na educação brasileira, o que resultou na criação da Lei nº 4.024/61, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), primeira lei geral da educação. Nessa lei os Estados brasileiros passaram a dividir a responsabilidade pela educação com a União por meio dos Conselhos de Educação e dos Sistemas Educacionais, ocorrendo, dessa forma, uma descentralização no ensino nacional.

2.1.2. A Educação no Regime Militar

Em 1964 ocorreu o golpe militar com duração de vinte anos, havendo nesse período cinco generais como presidentes do Brasil. Durante a ditadura ocorreu uma série de fatores com a educação brasileira, os quais foram relatados por Ghiraldelli Jr. (2015), e envolveram a privatização da educação nacional, a exclusão de boa parte dos mais pobres do ensino de qualidade, e a instituição do ensino profissionalizante público. A política educacional militar promoveu reformas no ensino brasileiro em 1968, destacando-se a Lei nº 5.540/1968, que reformava a universidade, e a Lei nº 5.692/1971, que estabelecia o sistema nacional de 1º e 2º graus.

Após 1964, com a dificuldade encontrada no país em se adaptar ao novo modelo econômico, as universidades tornaram-se palco e alvo de reivindicações reformistas. Além disso, o governo tentava organizar os órgãos de representação dos

estudantes, enquadrando os movimentos estudantis ao novo regime com a criação da Lei nº 4.464/65.

Para Saviani (2006), tal organização era pela doutrina da interdependência, que conflitava com as orientações contidas nas reivindicações estudantis, transformando, assim, a universidade como único foco da resistência estudantil.

Nesse cenário, os estudantes não satisfeitos com a situação resolveram fazer a reforma eles mesmos. As universidades foram ocupadas e algumas até controladas pelos alunos. O governo, ao visualizar esse cenário, resolveu adiantar-se e realizar a reforma antes que os outros o fizessem, instituindo o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária por meio do Decreto nº 62.937/68.

A missão atribuída pelo governo ao Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, segundo Romanelli (2014, p. 231), era de “estudar a forma da universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país.”

Os setores não conservadores nunca aceitaram a reforma universitária, e a parcela da comunidade acadêmica simpatizante com o governo ditatorial não se empolgou com as diretrizes da Lei nº 5.540/1968. Todavia, ocorreu o contrário ao abordar a reforma do sistema nacional de 1º e 2º graus, o que a transformou na segunda LDB (GHIRALDELLI JR, 2015). Objetivava aumentar a oferta do ensino fundamental para oferecer um mínimo de educação para inserir a população no mercado de trabalho, e oferecer qualificação para ocupar o alto escalão na administração pública e industrial, de modo a desenvolver a importação tecnológica e modernização pretendida pelo Brasil (EVANGELISTA; MORAES; SHIROMA, 2011).

No tocante à política educacional do ensino superior, favoreceu a expansão do curso superior no País por meio das faculdades públicas federais espalhadas pelo Brasil. Por outro lado, a transferência de recursos públicos para instituições de ensino superior privadas na federação brasileira favoreceu o crescimento desordenado dessas instituições, que objetivavam o status de universidade para prover, além do

recurso financeiro, também a capacidade de criar e eliminar cursos, determinar o número de vagas em cada curso, conforme a demanda.

Assim, com o intuito de assegurar os recursos financeiros para expansão do ensino superior, o governo criou por meio da Lei nº 5.537/68 o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FNDE). Em seu artigo 2º estabeleceu a finalidade de “captar recursos financeiros e canalizá-los para o financiamento de projetos de ensino e pesquisa, inclusive alimentação escolar e bolsas de estudo, observadas as diretrizes do planejamento nacional da educação.”

Ademais, muito embora a educação tenha vivenciado tudo isso, a ditadura militar terminou em 1985 com números alarmantes na educação brasileira. Evangelista, Moraes e Shiroma (2011, p. 37) citam eles:

“[...] 50% das crianças repetiam ou eram excluídos ao longo da 1ª série do 1º grau; 30% da população eram analfabetos, 23% dos professores eram leigos e 30% das crianças estavam fora da escola. Além disso, 8 milhões de crianças no 1º grau tinham mais de 14 anos, 60% de suas matrículas concentravam-se nas três primeiras séries que reuniam 73% das reprovações. Ademais é importante lembrar que 60% da população brasileira viviam abaixo da linha da pobreza. [...]”

2.1.3. A Educação na Nova República

Após o fim do Regime Militar no Brasil em 1985 aconteceu a transição entre o governo ditatorial e o governo da nova democracia. Saía do poder o general Figueiredo, último presidente do período da ditadura, e José Sarney tomava posse no cargo político mais importante do Brasil.

Entre os anos de 1985 e 2002 o Brasil teve quatro presidentes: José Sarney, Fernando Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, sendo apenas Sarney não eleito pelo voto direto do povo brasileiro. A escolha do primeiro presidente do Brasil no renascimento da democracia foi em eleições indiretas, por um Colegiado Eleitoral¹. Foram eleitos Tancredo Neves como presidente e José Sarney como vice, porém Tancredo Neves não governou nenhum dia, falecendo por

¹ Membros do Congresso Brasileiro (GHIRALDELLI JR, 2015)

motivo de doença antes mesmo de sua posse. Seu vice Sarney foi empossado em seu lugar.

No governo de Sarney nasceu a “Nova República”, esperança de melhores tempos. Contudo, o novo presidente manteve o mesmo modelo educacional do regime ditatorial e instituiu alguns programas educacionais como: a nova universidade, o ensino técnico e a educação para todos. A convocação de uma nova constituição tornou-se a base necessária para desconstruir um regime autoritário e iniciar a construção de um regime democrático. Assim, em 5 de outubro de 1988 passou a vigorar a Constituição Brasileira de 1988.

Com a nova Constituição Brasileira de 1988, o governo brasileiro permaneceu o único responsável por legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional, conforme art. 22, inciso XXIV. A educação brasileira tem na Seção I, do Capítulo III (artigos 205 à 214) da Constituição Brasileira, seus principais dispositivos. Destacam-se os parágrafos 1º e 2º do artigo 208, sendo dever do Estado: “§1º o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. §2º o não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente”.

Quanto ao custo com a educação, o artigo 212 diz que a União deverá aplicar no mínimo 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, devem aplicar no mínimo 25% da receita oriunda de impostos. Além disso, a educação tornou-se a dever do Estado, da sociedade e da família, devendo garantir à criança e ao adolescente o direito à educação. Dessa forma, a educação visa o desenvolvimento da pessoa, preparando-a para o mercado de trabalho e para a cidadania (GHIRALDELLI JR, 2015).

Ressalta-se que em 1987 iniciou-se a discussão sobre a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em que se pretendia o realinhamento de todos os níveis de ensino, sendo aprovada somente em 1996 (EVANGELISTA; MORAES; SHIROMA, 2011).

Todavia, antes de aprovar a nova LDB, em 1990 o governo de Sarney terminou com o país economicamente instável, com uma inflação recorde, e tomou posse em seguida como novo Presidente da República Brasileira o Sr. Fernando Collor de Mello. Porém, o novo governo tomou algumas medidas impopulares, como o confisco das cadernetas de poupança dos brasileiros como medida para baixar a inflação no país, causando, com isso, uma recessão na economia brasileira.

Apesar disso, no governo de Collor foi fomentada a investigação científica com a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Avaliação do Pessoal do Ensino Superior (CAPES), porém não foi produtiva. O Plano Educacional de Collor continha o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC); Plano Setorial de Ação; Brasil, um Projeto de Reconstrução Nacional e o Projeto Minha Gente, que foram divulgados objetivando transmitir uma boa imagem para a sociedade, porém alguns permaneceram na teoria, enquanto outros não tiveram recursos para serem implantados (NORONHA; RIBEIRO; XAVIER, 1994).

O presidente Collor, após sofrer processo de *impeachment*, entregou o País em um caos, particularmente o Ministério da Educação, ao seu vice, Itamar Franco. O governo do presidente Itamar Franco foi para reorganizar o Brasil. Quanto ao Ministério da Educação, houve a tentativa de recriar vários setores danificados ou até mesmo extintos no Governo Collor.

No mandato seguinte, o eleito Fernando Henrique Cardoso disse em sua campanha eleitoral que a Educação era uma das metas prioritárias de seu governo. Elaborou algumas propostas que se juntaram à nova LDB aprovada em 1996, caracterizando as universidades pela produção e facultando ao corpo docente poder se especializar por áreas de saber.

Salienta-se também a criação de um sistema de avaliação do ensino básico e do ensino superior no governo de Fernando Henrique, com a finalidade de criar um mapa das melhores escolas para a sociedade. De acordo com Ghiraldelli Jr (2015), foram criados três grandes exames:

- a) Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb), em 1990 sendo responsável pela avaliação do ensino fundamental e médio. Por meio de amostragem aleatória e sigilosa, aplica-se exames a grupos de escolas e alunos, permitindo ao governo planejar políticas ou ações setorializadas;
- b) Sistema de Avaliação do Ensino Médio (Enem), implantado em 1998, objetiva retratar a realidade social com o intuito de aplicar políticas educacionais, além de parametrizar escolas, regiões, pais, professores e estudantes;
- c) Exame Nacional de Cursos (Provão) objetiva obter reconhecimento por parte da sociedade em relação a quais universidades apresentariam mais potencial e prestígio, sendo que as faculdades públicas e gratuitas sempre se saíram melhor do que as privadas.

Vale ressaltar que durante os dois mandatos do presidente Fernando Henrique aconteceu uma grande expansão do ensino superior brasileiro, caracterizado como privatização da educação superior, e ficando vinculado à capacidade de transformar a educação em negócio pelo setor privado. Algumas diretrizes desse processo de privatização são citadas por Dias e Minto (2010, p. 78):

“Reduzir os gastos públicos, sobretudo na área social; tornar o Estado mais “eficiente” e “eficaz” na gestão dos fundos públicos, favorecendo as atividades privadas e economizando recursos para remunerar o capital financeiro; privatizar todos os setores considerados não-estratégicos para o Estado brasileiro (a educação, por exemplo); reduzir os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores ao longo da história e principalmente, as garantias estabelecidas na Constituição Federal de 1988; enfim, retirar todos os obstáculos jurídicos políticos e sociais ao processo de acumulação do capital.”

No governo de Luís Inácio Lula da Silva iniciado em 2003 foram criados o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), além de criar outras universidades federais. Contemplou, assim, os estudantes carentes, os portadores de deficiência, e os autodeclarados indígenas e negros, uma vez que os alunos de baixa renda não conseguiam arcar com os estudos, transporte, alimentação e moradia. Tem-se, desse modo, uma universidade estatal pública, ou seja, ensino superior público dentro das universidades privadas. Isso porque as universidades privadas por meio dos bons

resultados obtidos pelo SINAES têm acesso ao financiamento público indireto pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e à concessão de bolsa de estudos integrais e parciais para estudantes de baixa renda por intermédio do PROUNI. A importância do PROUNI e SINAES perante a sociedade pode ser observada pelo número de inscrições, conforme constatado por Carvalho (2011) ao verificar no *site* do Ministério da Educação um aumento nas matrículas de quase 100% entre os anos de 2004 e 2005.

A concentração de grande parte do orçamento da educação para as instituições públicas de ensino superior reduziu o valor disponível para os demais níveis da educação. Dessa forma, o ensino superior público sufocou o investimento nos demais níveis de ensino. Ao pretender estender o ensino superior à população de baixa renda, o governo concedeu empréstimos com taxas subsidiadas, de forma a reduzir os gastos com o ensino superior público por meio do FIES.

Após o Governo Lula, em 2011, Dilma Rousseff é eleita presidente do Brasil e dá continuidade à política educacional do governo anterior, tendo o ensino público como ferramenta importante para combater a exclusão, a desigualdade e a redução da pobreza. Bischoff (2017) destaca a criação de quatro universidades federais, 49 campus universitários e 208 Institutos Federais como forma da expansão do ensino superior. Dessa forma, a política educacional de Dilma priorizou a oferta do ensino superior, principalmente, no interior. Ferreira (2015, p. 129) relata que o objetivo dessa política era “ampliar as oportunidades de empregabilidade e de dinamizar a economia local/regional para, nessa ótica, possibilitar a diminuição das desigualdades regionais e sociais, bem como potencializar a capacidade de competitividade do país”.

No governo Dilma foi criado o programa Ciência sem Fronteiras (CsF) com o objetivo de fomentar os estudos de estudantes, professores e pesquisadores por meio de bolsa de estudos em universidades de outros países.

2.1.4. Educação a Distância Brasileira

Com o passar dos anos, o homem vem buscando cada vez mais conhecimento e formação profissional devido às exigências da atual sociedade, altamente tecnológica e científica. No entanto, fazer um curso nem sempre é possível, pois pode não haver o curso desejado na cidade onde reside, bem como estar presente diariamente nos horários das aulas do curso escolhido ou, ainda, encontrar dificuldades para se locomover até a instituição escolar.

Assim, como forma de solucionar para esse problema para aqueles que têm dificuldade de acesso ao conhecimento foi implantada a Educação à Distância (EaD), sendo conceituada no art. 1º do Decreto nº 9.057/2017:

“Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.”

Para Lima (2012), EaD é uma modalidade de ensino que funciona em um sistema educativo e organizado, caracterizando o espaço físico entre professores e alunos mesmo que estejam em lugares distintos. Kearsley e Moore (2013) ressaltam a ideia de educação a distância como um aprendizado planejado que ocorre em um local diferente do ensino, sendo que a interação utiliza recursos tecnológicos. Dessa forma, atualmente, a Educação a Distância é um modelo de ensino em que aluno e professor encontram-se em locais diferentes e a interação entre eles acontece por meio da tecnologia, porém nem sempre foi assim.

No início da EaD no Brasil, a comunicação entre o aluno e professor era realizado por intermédio de correspondências. A EaD iniciou-se oficialmente no Brasil com a instalação das Escolas Internacionais em 1904, filial da organização norte-americana, que ofereciam cursos às pessoas que procuravam empregos em comércio e serviços. Nesse período, os cursos eram ministrados por correspondência, e o material didático era enviado pelos correios, que utilizavam as ferrovias como meio de transporte (FORMIGA; LITTO, 2009).

Duas décadas depois, a EaD começou a utilizar o rádio para propagar o saber pelo Brasil utilizando programas educativos. Assim, o rádio tornou-se o segundo meio de disseminação da educação e, após a criação do Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação, vários outros programas foram criados.

Conforme Formiga e Litto (2009), destacam-se entre os vários programas implantados na década de 1940 a Escola Rádio-Postal, a Voz da Profecia – criada pela Igreja Adventista, e a Universidade do Ar – criada pelo Senac; no final da década de 1950 a igreja católica criou algumas escolas radiofônicas. O Governo Federal também utilizou os recursos do rádio para expandir pelo país projetos educacionais, como o Mobral.

Frisa-se que, com a propagação da rádio educacional brasileira, a educação a distância via correspondência não foi extinta, tanto que surgiu em São Paulo o Instituto Universal Brasileiro, empresa privada de educação que oferecia cursos profissionalizantes utilizando os serviços dos correios.

Com o início do Regime Militar no Brasil, na década de 60, a educação pelo rádio diminuiu devido à censura implantada pelo governo daquele período. Porém, o governo criou o Projeto Minerva, que objetivava, por meio do rádio, alcançar aquele cidadão que residia em locais em que a radiofrequência conseguisse chegar, de forma a oferecer uma educação básica que ampliasse suas potencialidades, como ser humano e cidadão, e também suprisse as deficiências do ensino básico naquelas localidades em que o quantitativo de escolas e professores não fossem suficientes.

Com o passar dos anos e o desenvolvimento tecnológico, a EaD brasileira começou a utilizar recursos de áudio e vídeo para disseminação do saber. A televisão, o videocassete e o computador foram integrados à educação a distância. Dessa forma, houve incentivos pelo governo federal para concessão de canais de televisões com a finalidade de educar.

Assim, o Ministério da Educação, em 1964, conseguiu reservar 48 canais de VHF e 50 canais de UHF, juntamente com o Conselho Nacional de Telecomunicação, para

a TV Educativa. O objetivo foi garantir pelo menos um canal educativo em cada estado brasileiro e cidades importantes; esses números aumentaram nos anos subsequentes (BARRETO, 2006).

Alguns anos após o Ministério da Educação reservar canais de VHF e UHF, foi iniciado um programa de supletivo de primeiro e segundo grau pela Fundação Roberto Marinho, que utilizava materiais impressos, rádio e televisão. Tempo depois, a Fundação criou programas educacionais de sucesso, como os telecursos, que atenderam diversos alunos e possibilitaram que conseguissem certificação junto ao Poder Público.

Além disso, o avanço tecnológico mundial também chegou ao país com os computadores, principalmente nas universidades, e, posteriormente, com os computadores pessoais. As possibilidades criadas por esses instrumentos impactaram sobremaneira a forma de construir e disseminar conhecimentos, bem como promoveram um grande avanço na educação brasileira. Nesse cenário ocorreu também uma ampliação da educação a distância, que se apropriou dos recursos disponibilizados por esses instrumentos, especialmente os recursos multimídia, isto é, a combinação de textos, imagens, sons, hipertextos. Em seguida, a disseminação do acesso à internet contribuiu para propagar a EaD no Brasil.

Vale ressaltar que, conforme o inciso II, do art. 206, da Constituição Brasileira, o direito de aprender e ensinar é direito de todos, fundamentando-se o princípio da educação brasileira. Ao fazer uma analogia e ampliar esse princípio chega-se à Educação a Distância. Significa que até a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional não havia para a educação a distância um tratamento como objeto formal. Todavia, a LDB de 1996 inseriu no capítulo do ensino supletivo a possibilidade de ministrar aulas em classes ou mediante correspondência, rádio, televisão ou outras formas de comunicação, de forma a abranger o máximo de pessoas.

Nessa perspectiva, com a nova LDB, a educação a distância passou integrar o ensino formal do país ao se fazer presente em todos os níveis de ensino, além de ter incentivo do poder público. A EaD obteve, assim, um grande avanço e ampliou seu

alcance, estando inserida na educação especial, básica, fundamental, médio, e também na graduação e pós-graduação.

Um fator importante para a Educação a Distância no Brasil foi a exigência para a formação dos professores no ensino básico. Tal exigência consta no inciso III do §3º, do art. 87 da LDB, em que a União, o Distrito Federal, os Estados, os Municípios devem “realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância”.

A LDB não foi a única legislação de 1996 a tratar da educação a distância, visto que o governo brasileiro por meio do Decreto nº 1.917/1996 criou a Secretaria de Educação a Distância vinculada ao Ministério da Educação. Com essa Secretaria, o governo demonstrava a intenção de investir na EaD e nas tecnologias para alavancar o padrão de qualidade do ensino brasileiro e disseminar o conhecimento em todos os níveis de ensino. Porém, no governo de Dilma Roussef a Secretaria de Educação a Distância foi extinta e seus programas transferidos para outros setores do Ministério da Educação.

O Ministério da Educação, com a Portaria nº 4.059/2004, atualizou normas anteriores e possibilitou a introdução na organização pedagógica e curricular de cursos superiores reconhecidos, bem como a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizam a modalidade semipresencial. Esta é definida como “atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota”. As disciplinas ofertadas devem incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que utilizem a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) de forma a alcançar os objetivos pedagógicos propostos, além de prover encontros presenciais com atividades do tutor. É exigido que a tutoria seja realizada por docentes qualificados no mesmo nível previsto no projeto pedagógico.

Diante das mudanças e das exigências da sociedade, o governo brasileiro publicou em 2006 o Decreto nº 5.800, que criou o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), um sistema integrado por universidades públicas com a finalidade de

desenvolver a educação a distância para expandir e interiorizar a oferta de educação superior pública. A UAB objetiva oferecer cursos nas diversas áreas de conhecimento, prioritariamente licenciatura para professores da educação básica, como pode-se observar no parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 5.800/2006:

“Parágrafo único. São objetivos do Sistema UAB:

- I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV - ampliar o acesso à educação superior pública;
- V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e
- VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.”

A UAB objetiva propagar a educação superior pública a distância no país, articula-se com os três níveis governamentais: federal, estadual e municipal e, estabelece parceria com universidades públicas e demais instituições de ensino que têm interesse em para fomentar, implantar e executar cursos de graduação e pós-graduação.

Assim, visando a expansão do ensino superior dentro do planejamento do desenvolvimento da educação, a UAB se baseia em cinco eixos fundamentais:

- “Expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso;
- Aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios;
- Avaliação da educação superior a distância tendo por base os processos de flexibilização e regulação implantados pelo MEC;
- Estímulo à investigação em educação superior a distância no País;
- Financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância.” (CAPES, 2016)

A organização dos cursos a distância é definida pelo Decreto nº 9.057/2017, que regulamenta a EaD. Essa organização prevê, entre outras coisas, que as atividades presenciais como tutoria, avaliações, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos devem ser realizadas na sede da instituição de ensino, em polos de educação a distância ou em ambientes profissionais.

Especificamente em relação aos polos de educação a distância, eles devem ser estruturados em imóveis pertencentes ao poder público, ficando as prefeituras municipais responsáveis em equipá-los com laboratório de informática com acesso à internet, sala para videoconferência com projetores multimídias e biblioteca para serem utilizados nos encontros presenciais. Cada polo tem uma infraestrutura física e recursos humanos para atender o aluno: coordenador do polo, serviço de secretaria, atendimento na biblioteca, serviço técnico de informática e tutores presenciais (HACK, 2011), ou seja, o polo é o local físico de apoio das instituições de ensino superior a distância na cidade do aluno ou mais próxima a ele para realizar os encontros presenciais.

Assim, ao observar o atendimento às exigências estabelecidas pelo Decreto nº 9.057/2017, há a necessidade de uma gestão administrativa e pedagógica para desenvolver as atividades nos polos de apoio presencial nas cidades em que são oferecidos cursos a distância credenciados. Isso porque os alunos desses cursos possuem características diversificadas, sejam elas referentes à idade, local da moradia, aspectos socioeconômicos, entre outros.

Convém ressaltar dentro desse universo administrativo-pedagógico que, como na educação superior a distância o docente e o aluno estão em espaço e tempo diferentes, a função do tutor a distância adquire significativa importância, visto que ele é o responsável pelo atendimento ao discente no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Já o tutor presencial atende nos polos de apoio presencial, mantendo uma proximidade maior com os alunos, direcionando-os nas atividades e avaliações. Outros atores integram a equipe da EaD no curso superior, como o coordenador de curso e o professor pesquisador. As atribuições dos atores do curso superior a distância da UAB estão contidas na Resolução nº 26/2009, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em que:

- a) o Coordenador de Curso é o agente responsável em atuar na coordenação, organização e acompanhamento do curso, participar do desenvolvimento da metodologia, na escolha do método de avaliação do aluno, do material didático, planejar o método de seleção e capacitação dos profissionais incumbidos do

curso, planejar a metodologia do processo seletivo de alunos, acompanhar o andamento do curso, dos coordenadores de polo, professores e tutores;

b) o Coordenador de Polo é um professor da rede pública responsável em acompanhar as atividades a serem desenvolvidas pelos tutores presenciais, acompanhar e planejar juntamente com o coordenador de curso a metodologia do processo seletivo de tutores, gerir o Polo;

c) o Professor-pesquisador é o responsável pelo desenvolvimento das disciplinas, elaboração das atividades e do material didático, acompanhamento, coordenação e supervisão do trabalho realizado pelos tutores a distância de sua disciplina, acompanhamento da frequência dos alunos no ambiente virtual de aprendizagem, desenvolvimento de projetos de pesquisas;

d) o Tutor a distância é o responsável pelo assessoramento aos alunos quando dúvida de algum conteúdo de sua disciplina, acompanhar a frequência dos alunos no ambiente virtual de aprendizagem, e o Tutor presencial é o responsável pela aplicação de provas e trabalhos, fazer chamada presencial dos alunos, manter a frequência dos discentes no AVA.

Além disso, por manterem um contato maior com os alunos e por serem os mediadores pedagógicos do curso EaD, os tutores a distância e presencial devem participar de capacitações constantes que envolvem reuniões pedagógicas com os professores das disciplinas, capacitação no ambiente virtual de aprendizagem etc. O objetivo é conhecer os diversos recursos metodológicos existentes para desenvolver suas atribuições com mais competência, uma vez que são os responsáveis em orientar, guiar, instigar, estimular o interesse dos alunos pelo curso etc., despertando o desejo do aprender e a buscar o conhecimento autônomo. A interação do tutor a distância com os alunos acontece no Ambiente Virtual de Aprendizagem, que disponibiliza o material didático produzido, o conteúdo da disciplina, as atividades, os fóruns de discussão, espaços para postagens de dúvidas, além de possibilitar debates e diálogos construtivos entre os discentes.

2.2 EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO

A evasão escolar é um fenômeno que ocorre em todos os níveis da educação, não sendo diferente sua ocorrência no ensino superior público. A desistência do aluno sem a conclusão no curso representa uma perda para a sociedade, o aluno, a família e para a instituição. Há perda na perspectiva de uma vida financeira melhor que resultará em dificuldades para alcançar seus objetivos pessoais. A sociedade também não poderá contar um profissional formado para desempenhar seu papel com eficácia, eficiência e competência. São, portanto, vários os envolvidos que perdem com a evasão. Assim, o fenômeno da perda do aluno durante o processo de aprendizagem tornou-se objeto de estudo de diversos pesquisadores, visto que afeta tanto a educação como também a economia do País.

Tais perdas foram ressaltadas por Patto (1999) ao considerar que a evasão escolar é um problema que ocorre há muito tempo na educação e vem aumentando com o passar das décadas. Além disso, prejudica o desenvolvimento da política educacional brasileira, causando perdas tanto para os alunos, como também para as universidades.

Nessa perspectiva, de acordo com Polydoro (2000), o estudo sobre a evasão no ensino superior no Brasil surgiu através de uma sistemática como parte integrante de uma avaliação institucional que estava ocorrendo nas diversas Instituições de Ensino Superior (IES), principalmente nas públicas. Teve como marco formal o momento em que o governo brasileiro começou a se preocupar com a evasão escolar nas Instituições de Ensino Superior Públicas a partir do ano de 1995, em que o Ministério da Educação e Desporto, por meio da Secretaria de Educação Superior (SESu), realizou um seminário e criou a Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras pela Portaria nº 90/1995.

O seminário sobre a evasão nas universidades brasileiras objetivou conceituar, analisar e demonstrar os índices de evasão escolar no sistema nacional de ensino superior, uma vez que consideráveis recursos públicos eram consumidos pelas IESP e apresentavam resultados insatisfatórios. Conforme a Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras (1996), a SESu

identificou que a evasão escolar nas IESP era de 50%, considerando o conjunto de cursos de graduação de cada faculdade, e que 20% seria uma média razoável, além de informar também que havia um número baixo de diplomação.

Segundo Bicudo apud Biazus (2004), em um estudo realizado por um grupo de pesquisadores da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), em 1995, para avaliar o índice de evasão nos cursos de graduação daquela instituição, identificou-se nos cursos da área de exatas uma evasão entre 70% a 90%. E a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) apresentou uma evasão entre 52% a 67% nos cursos da área de exatas. Uma das conclusões do estudo da UNESP foi a de que a maioria da evasão ocorre nos primeiros quatro semestres do curso.

Já o estudo realizado por Martins (2007) sobre evasão no ensino superior em uma instituição de ensino superior em Montes Claros/MG constatou uma taxa média de 33,96% de alunos evadidos em diversos cursos no período compreendido entre 2002 a 2006.

O estudo da evasão nas IESP unificou a metodologia aplicada, os conceitos, uma vez que se tratava do pioneirismo desse trabalho, objetivando:

1. Aclarar o conceito de evasão, considerando suas dimensões concretas: evasão de curso, evasão da instituição e evasão do sistema de ensino superior;
2. Definir e aplicar metodologia homogeneizadora de coleta e tratamento de dados;
3. Identificar as taxas de diplomação, retenção e evasão dos cursos de graduação das IESP do país;
4. Apontar causas internas e externas da evasão, considerando as peculiaridades dos cursos e das regiões do país;
5. Definir estratégias de ação voltadas à redução dos índices de evasão nas universidades públicas brasileiras. (COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE A EVASÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1996, p.15)

Desse modo, o fenômeno da evasão tornou-se comum nas diversas faculdades, porém diferenciam-se devido a características de cada instituição, curso e ambiente socioeconômico de cada localidade. Uma das dificuldades encontradas em pesquisas sobre evasão refere-se às diferentes definições e medições acerca da temática encontrada pelas diversas IESP, visto que não utilizam os mesmos critérios

para definir e medir o tema, impossibilitando, assim, uma comparação entre as faculdades e a generalização dos resultados (POLYDORO, 2000). Assim, de forma a qualificar melhor o entendimento do objeto em estudo, há a necessidade de conceituar o termo evasão.

De acordo com o Dicionário Aurélio de Português On-line, o termo evasão significa “ato de evadir-se; fuga; saída”. Para Bueno (1993, p. 13), significa a “postura ativa do aluno que decide desligar-se da própria responsabilidade”, seguindo o mesmo raciocínio da Comissão Especial (1996, p.25) que considera como sendo a “saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo”.

Assim, o presente trabalho entende evasão como sendo o abandono definitivo do aluno de seu curso de origem por quaisquer motivos, sem concluí-lo.

Nessa perspectiva, a Comissão Especial considerou alguns parâmetros básicos para a evasão escolar, em que via a necessidade de aprofundar no conhecimento do desempenho dos cursos de graduação. A finalidade foi identificar as causas e proposições medidas de aperfeiçoamento, ter a consciência das dificuldades operacionais do desenvolvimento do estudo, como fatores de tempo, pouca disponibilidade dos membros da Comissão, entre outros.

Para realizar a pesquisa da evasão escolar, a Comissão Especial (1996, p.28) adotou a metodologia denominada como fluxo ou de acompanhamento de estudantes, em que implantou os seguintes procedimentos:

- “a) acompanhar os alunos ingressantes em determinado curso, em ano ou semestre específicos, até o prazo máximo de integralização curricular do referido curso, de acordo com prazos estipulados pelo extinto Conselho Federal de Educação ou, na ausência deles, naqueles estabelecidos por analogia pela Comissão;
- b) utilizar as gerações completas dos cursos estudados, cujo prazo máximo de integralização curricular houvesse expirado nos semestres 92/2, 93/1, 93/2, 94/1 e 94/2”

Diante a importância da sistematização para realizar o estudo sobre a evasão nas IESP no País, a Comissão Especial (1996, p. 30), para um melhor entendimento, definiu os seguintes termos:

“Ano/período-base - Corresponde ao ano e semestre de ingresso do estudante na universidade.

Ingressante - Aluno que ingressou em dado curso, no ano/período-base considerado, independentemente da forma de ingresso. Deste modo, foram computados todos os ingressantes no ano/período-base estabelecido, qualquer que tenha sido o tipo de ingresso na universidade (vestibular, transferência, reingresso, etc.)

Diplomado - Aluno que concluiu o curso de graduação dentro do prazo máximo de integralização curricular, fixado pelo CFE, contado a partir do ano/período-base de ingresso.

Retido - Aluno que, apesar de esgotado o prazo máximo de integralização curricular fixado pelo CFE, ainda não concluiu o curso, mantendo-se, entretanto, matriculado na universidade.

Evadido - Aluno que deixou o curso sem concluí-lo.

Geração Completa - Corresponde à situação do conjunto de ingressantes em um dado curso, em um ano/período-base, ao final do prazo máximo de integralização curricular.”

A Comissão não apresentou uma conclusão definitiva sobre a pesquisa, pois o diagnóstico da pesquisa não dimensionou cientificamente as causas da evasão, porém as estratégias para diminuir a evasão devem ser realizadas após estudos complementares. A Comissão Especial (1996, p.116) insistiu em que “a apresentação de índices sobre evasão deve ser entendida tão somente como passo inicial de análises que devem buscar identificar e compreender os fatores que levam à evasão.”

A título de hipótese desses fatores, a Comissão citou três fatores: os que se relacionam diretamente ao estudante, os que relacionam com o curso e a instituição, e os fatores socioeconômicos e culturais externos, refletindo:

“a) Fatores referentes a características individuais do estudante:

- relativos a habilidades de estudo;
- relacionados à personalidade;
- decorrentes da formação escolar anterior;
- vinculados à escolha precoce da profissão;
- relacionados a dificuldades pessoais de adaptação à vida universitária;
- decorrentes da incompatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho;
- decorrentes do desencanto ou da desmotivação dos alunos com cursos escolhidos em segunda ou terceira opção;
- decorrentes de dificuldades na relação ensino-aprendizagem, traduzidas em reprovações constantes ou na baixa frequência às aulas;
- decorrentes da desinformação a respeito da natureza dos cursos;
- decorrente da descoberta de novos interesses que levam à realização de novo vestibular.

b) Fatores internos as instituições:

- peculiares a questões acadêmicas; currículos desatualizados, alongados;
- rígida cadeia de pré-requisitos, além da falta de clareza sobre o próprio projeto pedagógico do curso;

- relacionados a questões didático-pedagógicas: por exemplo, critérios impróprios de avaliação do desempenho discente;
- relacionados à falta de formação pedagógica ou ao desinteresse do docente;
- vinculados à ausência ou ao pequeno número de programas institucionais para o estudante, como Iniciação Científica, Monitoria, programas PET (Programa Especial de Treinamento) etc.;
- decorrentes da cultura institucional de desvalorização da docência na graduação;
- decorrentes de insuficiente estrutura de apoio ao ensino de graduação: laboratórios de ensino, equipamentos de informática etc.;
- inexistência de um sistema público nacional que viabilize a racionalização da utilização das vagas, afastando a possibilidade da matrícula em duas universidades.

c) Fatores externos às instituições:

- relativos ao mercado de trabalho;
- relacionados ao reconhecimento social da carreira escolhida;
- afetos à qualidade da escola de primeiro e no segundo grau;
- vinculados a conjunturas económicas específicas;
- relacionados à desvalorização da profissão, por exemplo, o "caso" das Licenciaturas;
- vinculados a dificuldades financeiras do estudante;
- relacionados às dificuldades de atualizar-se a universidade frente aos avanços tecnológicos, económicos e sociais da contemporaneidade;
- relacionados a ausência de políticas governamentais consistentes e continuadas, voltadas ao ensino de graduação." (COMISSÃO ESPECIAL, 1996, p. 117)

Os fatores elencados pela Comissão Especial estão em consonância com o estudo realizado por Ferreira (2013, p. 2), que classificou as causas da evasão escolar como sendo:

- Escola: não atrativa, autoritária, professores despreparados, insuficiente, ausência de motivação etc.
- Aluno: desinteressado, indisciplinado, com problema de saúde, gravidez, etc.
- Pais/responsáveis: não cumprimento do pátrio poder, desinteresse em relação ao destino dos filhos etc.
- Social: trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, agressão entre os alunos, violência em relação a gangues etc.

Nessa linha de estudo, Veiga (2016) em seu estudo sobre os fatores predominantes da evasão escolar no ensino médio integrado identificou-os como desinteresse do aluno, dificuldade na aprendizagem, escolha errada do curso e trajeto longo da moradia até a instituição de ensino.

Seguindo resultado semelhante, Pereira e Lima (2007) identificaram como fatores motivadores para a evasão a dificuldade de conciliar os estudos com o trabalho, o

não atendimento às expectativas do curso, exigência de dedicação exclusiva ao curso e decepção com a universidade.

Dessa forma, a Comissão Especial (1996, p. 126) finalizou concluindo que é preciso realizar pesquisas complementares como, por exemplo: “realizar pesquisas com evadidos, buscando identificar as razões que os levaram a abandonar o curso superior”.

Percebe-se a necessidade de realizar pesquisas com os evadidos para identificar as razões para o abandono do curso quando a Comissão Especial (1996) enfatiza a importância de identificar as causas específicas e, assim, propor ações para minimizar o índice de evasão. Desse modo, uma vez conhecidos os fatores motivadores para abandono do curso, é possível sugerir ações pontuais para diminuir o índice de evasão.

Ademais, tal pesquisa específica deve ser realizada em cada IES, pois, ao observar os motivos para a evasão escolar apontados pelos autores, eles indicam vários fatores distintos para cada universidade estudada, visto que estão situadas em regiões diferentes e tem suas próprias culturas.

3. METODOLOGIA

O presente estudo quanto a sua natureza se enquadra como pesquisa quantitativa descritiva. A pesquisa quantitativa, de acordo com Freitas e Prodanov (2013), considera tudo o que pode ser quantificado, ou seja, pode transformar opiniões e informações em números, seja percentual, média, moda, mediana, coeficiente de relação, desvio-padrão etc..., de forma a classificá-los e analisá-los. Evita-se, assim, contradições nas análises e interpretações, e facilita descrever a complexidade do problema ao analisar a relação das variáveis, compreendendo, classificando e interpretando os comportamentos particulares de um grupo de indivíduos, como investigar o fenômeno que causa a evasão escolar no curso superior, a ser analisado nesta pesquisa.

A pesquisa descritiva segundo Gil (2008), objetiva descrever as características de um fenômeno, tendo sua característica mais significativa a utilização de técnicas padronizadas para a coleta de dados como, por exemplo, o uso do questionário. A pesquisa é realizada para observar, analisar, registrar, ordenar os dados, sem a interferência do pesquisador. Procura frequências, causas, características, relações com outros fatos, com a finalidade de classificar, explicar e interpretar fatos.

Nessa perspectiva, foi selecionada como locus deste estudo uma faculdade pública do Estado do Espírito Santo, fundada no fim da década de 1900, com o objetivo de formar profissionais artesãos, voltados para o trabalho manual com efetivo valor social e econômico, com ensino para a vida. No decorrer do século XX sofreu diversas mudanças na nomenclatura e instalou vários campi em diversas cidades do Estado do Espírito Santo. Na década de 2000 passou a oferecer cursos superiores, tornando-se, assim, uma instituição de ensino superior. Iniciou sua primeira atividade pedagógica em EaD no ano de 2004 e, em 2008, começou a primeira turma do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, com duração de três anos.

O Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas objetiva formar profissionais para atender às necessidades do mercado, com foco

em análise de sistemas, bem como projetar e desenvolver sistemas de informação, programas desktop e web, banco de dados, redes de computadores, consultoria, gerenciamento de TI, entre outros. O curso prepara o profissional para solucionar problemas do mundo real, analisando e automatizando processos por meio de modelos computacionais que traga benefícios para o mercado de trabalho.

Os alunos evadidos objeto desta pesquisa são os que ingressaram no Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas nos anos de 2008 e 2009, ou seja, a primeira e a segunda turma ofertada pela faculdade selecionada, especificamente os polos de EaD constantes das cidades de Conceição da Barra e Pinheiros, região norte do Estado do Espírito Santo. Em relação à infraestrutura dos polos, o de Conceição da Barra possui um prédio de dois andares de fácil acesso e localização, contendo: dois laboratórios de informática com 20 computadores com acesso à internet, uma biblioteca com oito computadores com acesso à internet, duas salas de tutoria, duas salas para videoconferência, sala de coordenação, secretaria, cozinha e dois banheiros. O polo de Pinheiros utiliza um prédio térreo de fácil acesso e localização, contendo: dois laboratórios de informática com nove computadores com acesso à internet cada, um laboratório de informática com 16 computadores com acesso à internet, uma biblioteca com quatro computadores, duas salas de tutoria com dois computadores com acesso à internet cada, três salas para videoconferência, uma sala de artes, sala da coordenação, secretaria, cozinha e dois banheiros. Em ambos os polos, a prefeitura de cada Município foi o responsável pela montagem dos laboratórios de informática, acervo da biblioteca, equipamentos para videoconferência e serviço de secretaria.

Essa estrutura apresentada nesses polos confirma a infraestrutura que Hack (2011) descreveu para os polos de apoio presencial, os quais devem ser montados em imóveis pertencentes ao poder público, ficando as prefeituras municipais responsáveis em equipá-los com laboratório de informática com acesso à internet, sala para videoconferência com projetores multimídias e biblioteca para serem utilizados nos encontros presenciais. Cada polo tem coordenador do polo, serviço de secretaria, atendimento na biblioteca, serviço técnico de informática e tutores presenciais.

Após caracterizar a instituição e sua infraestrutura física, foi realizada uma visita ao campus sede da instituição de ensino superior pública para coletar os dados que seriam utilizados no desenvolvimento desta pesquisa. Além disso, também aplicar o cálculo da evasão escolar estabelecido pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, denominado como fluxo ou de acompanhamento de estudantes.

Para aplicar o cálculo da evasão escolar estabelecido pela Comissão Especial, é necessário seguir os seguintes passos:

- a) levantar o número de alunos ingressantes no Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, modalidade a distância da faculdade selecionada, polos das cidades de Conceição da Barra e Pinheiros;
- b) utilizar as gerações completas ingressantes das turmas de 2008 e 2009.

Ressalta-se que o método de fluxo ou acompanhamento de estudantes aplica-se a gerações completas, conforme o tempo máximo para integração curricular. Os ingressantes recentes no referido curso ou em período inferior ao prazo máximo de integralização não foram contemplados nesta pesquisa por não se caracterizarem gerações completas.

Em relação à geração completa, a Comissão Especial (1996, p. 28) entende como aquela em que “o número de diplomados (Nd), mais o número de evadidos (Ne), mais o número de retidos (Nr) é igual ao número de ingressantes no ano-base (Ni), considerando o tempo máximo de integralização do curso, seja, **Ni = Nd + Ne + Nr.**”

Assim, para coletar os dados acerca da evasão escolar, a Comissão Especial considera a série de dado histórica da geração de alunos ingressantes e o tempo máximo de integralização do curso. Denomina como evadidos do curso aqueles alunos que não se diplomaram naquele período e não estão mais vinculados em seus cursos.

Com isso, a Comissão expressou o cálculo da evasão escolar conforme a seguir:

$$\% \text{ Evas\~{a}o} = ((Ni - Nd - Nr) / Ni) * 100$$

Em que Ni seria o número de ingressantes, Nd o número de diplomados e Nr o número de retidos.

O método adotado pela Comissão revelou-se importante e consistente para sustentar o desempenho dos cursos das IESP, podendo ser utilizado em qualquer sistema de ensino superior no país.

A seqüência da coleta de dados envolveu a realizaao de uma entrevista com o Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – modalidade a distância da IES selecionada, seguindo o roteiro constante no Apêndice A – Entrevista com o Coordenador do Curso. O intuito foi levantar quais ferramentas são utilizadas pelo IESP para promoao do curso.

Também foi enviado aos alunos evadidos, 52 no total, um questionário *on-line* com 34 perguntas, constante no Apêndice B – Questionário aplicado aos Alunos Evadidos. O objetivo foi descrever as características do evadido, verificar o comprometimento desses alunos relacionado à orientaao de estudo pela IESP, bem como identificar os principais motivos geradores da evasão do curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – modalidade a distância.

O número de alunos matriculados, retidos, diplomados e evadidos no curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, turmas de 2008 e 2009, nos polos de apoio presencial fornecidos pela IES, estão descritos na Tabela 1.

Tabela 1 – Número de alunos matriculados, Retidos, Diplomados e Evadidos no curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas nos Polos de Apoio Presencial

	2008	2009
Matriculados	51	40
Retidos	28	01
Diplomados	05	05
Evadidos	18	34

Aplicando a fórmula expressada pela Comissão Especial, tem-se na Tabela 2 o percentual de evasão nas turmas de 2008 e 2009.

Tabela 2 – Percentual de Evasão no curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas nas turmas de geração completa

	2008	2009
Percentual de Evasão	35,29%	85,00%

4. RESULTADOS

A formação em um curso superior para o aluno e sua família cria a expectativa de um futuro com renda satisfatória para manter uma qualidade de vida. Além disso, o ingresso em uma instituição de ensino superior pública afasta a preocupação do compromisso mensal de pagar uma mensalmente que muitas vezes é um valor significativo na renda familiar e, sendo um curso na modalidade a distância, possibilita que o aluno mantenha um emprego de horário fixo ou de escala, pois essa modalidade permite estudar em horários flexíveis, bem como em diversos lugares.

Essas características favoreceram a oferta da modalidade de educação a distância em todo território brasileiro e o Estado do Espírito Santo acompanhou a tendência nacional. Desse modo, o Estado possui diversas instituições públicas e privadas de ensino superior que oferecem curso superior na modalidade a distância nas mais diversas áreas do conhecimento. Especificamente na região Norte do Espírito Santo há dois polos de apoio presencial nas cidades de Conceição da Barra e Pinheiros de um instituto de ensino público, que oferta o curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas a distância, objeto de análise deste estudo.

Assim, ao observar a Tabela 1 verifica-se uma baixa quantidade de diplomados nas duas turmas, confirmando a baixa diplomação nas IESP indicado pela SESu no Seminário sobre a evasão nas Universidades Brasileiras realizado em 1995, conforme Comissão Especial (1996). É importante salientar que o número de evadidos na turma de 2009 é alarmante, pois representa quase a totalidade dos matriculados.

Convém ressaltar que, por ser uma instituição de ensino superior pública, a alta taxa de evasão pode fazer com que os subsídios concedidos pelo governo ao curso diminuam consideravelmente ou até mesmo sejam cancelados. Isso pode acarretar, portanto, seu fechamento, e dificultar o desenvolvimento daquela área de estudos na região. Ressalte-se também que, para manter o andamento de qualquer curso existe uma equipe de profissionais trabalhando em prol dele e seu encerramento

representaria uma provável demissão daqueles que não pudessem ser realocados em outras atividades, gerando problemas sociais e pessoais consideráveis para os envolvidos.

Ademais, conforme a Comissão Especial (1996), a SESu indicou que a evasão escolar nas IESP era de 50% em 1995. Assim, ao observar a Tabela 2, percebe-se que na turma de 2008 houve uma redução no índice de evasão, que caiu para 35,29%. Porém, ao analisar a turma de 2009, o índice de evasão percorreu caminho contrário, aumentando significativamente a taxa de evadidos para 85%. Ficou evidente ao analisar esses dados que o percentual de evadidos das duas turmas pesquisadas superou o índice de evasão considerado razoável pela Comissão Especial que é em torno de 20%.

4.1 CARACTERÍSTICAS E FUNCIONAMENTO DA IESP

Ao visitar a sede do instituto de ensino, locus deste estudo, o coordenador do curso, Mestre em Informática e na função há cinco anos, informou que a IESP utiliza como ambiente para promover o curso o ambiente virtual de aprendizagem *Moodle*. Essa plataforma de aprendizagem virtual disponibiliza para o aluno diversos espaços de interação, como fóruns de discussão, sala de bate papo para conversa em tempo real, programa de mensagens, vídeos, animações e materiais complementares. De modo geral, os materiais didáticos são liberados no AVA com uma semana de antecedência, permanecendo disponíveis durante todo o semestre. Os alunos recebem material didático impresso elaborado pelos professores de cada disciplina e são disponibilizados livros para empréstimos na biblioteca dos polos de apoio presencial e na sede. O coordenador informou ainda que existe integração faculdade x empresas para oferta de estágios, porém esse serviço é centralizado na sede da IESP, não se estendendo aos polos.

Os alunos das turmas de 2008 e 2009 ingressaram no curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – modalidade a distância, por meio de processo seletivo próprio da IESP, sendo que, a partir de 2012, a seleção mudou para a pontuação obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Para selecionar professores e tutores, realiza-se processo seletivo que tem como pré-requisito o curso de Capacitação de Formação de Professores para EaD para os candidatos, que o própria IESP oferece anualmente, ser funcionário público, pois o pagamento é bolsa oferecida pelo Governo Federal, e ter ou estar cursando especialização na área. Os tutores a distância selecionados por meio do processo seletivo atendem cada um, em média, 35 alunos por semestre.

O tempo mínimo para a conclusão do curso é de três anos, e máximo de seis anos, após esse período o aluno é jubilado. Nesse período, especificamente no primeiro módulo, ou seja, antes de iniciar as disciplinas, os alunos recebem um treinamento com duração de duas semanas para adaptação à modalidade a distância e às ferramentas do curso oferecido pela IESP.

No que se refere ao encontro presencial, ele acontece nas segundas-feiras, e as provas são realizadas as quartas-feiras, ambos no período noturno. Contudo, caso o aluno não compareça para fazer a prova na quarta-feira, poderá fazer a substitutiva no sábado pela manhã. As avaliações aplicadas aos alunos acontecem no polo de apoio presencial.

Com relação ao processo de aplicação e correção das provas, nas turmas de 2008 e 2009, elas eram enviadas em formato impresso ao polo e o tutor presencial era o responsável em aplicar, fiscalizar, recolher e enviá-las à sede da IESP para correção, que fica sob responsabilidade dos professores e tutores a distância. Em seguida, as avaliações corrigidas eram reencaminhadas aos polos para serem entregues aos discentes. Porém, a partir de 2012, as avaliações passaram a ser realizadas *on-line*, com o tutor presencial recebendo a senha de acesso horas antes, e a prova era disponibilizada no AVA apenas no horário marcado, assim o tutor presencial não tinha acesso a avaliação antes.

Com referência às atividades, a IESP não mantém um padrão referente à avaliação. O professor de cada disciplina define seu próprio método de avaliação que, geralmente, ocorre pela participação em fóruns de discussão, em atividades escritas e enviadas pelo AVA, na apresentação via *webconferência*, definindo-se normalmente como prazo uma semana.

No caso de dúvidas relacionadas a questões pedagógicas, a orientação do IESP aos alunos era para postá-las nos fóruns de discussão no AVA para que os tutores a distância pudessem responder no prazo máximo de 24 horas. Contudo, a dúvida postada na sexta-feira somente seria respondida pelo tutor até na segunda-feira seguinte. O não retorno do tutor ao aluno dentro desse prazo transfere a responsabilidade para o professor da disciplina, que deve responder e, ao mesmo tempo, lembrar o tutor do compromisso com a assiduidade e os prazos definidos. Outra responsabilidade do tutor a distância é permanecer logado no AVA duas horas por semana, em horário pré-agendado, para tirar dúvidas dos alunos em tempo real.

Em relação aos estudos, a orientação aos alunos é dedicar-se aos estudos pelo menos 20 horas semanais para aprendizagem e um bom aproveitamento no curso. Essa carga horária tem como base a dos cursos presenciais.

O presente trabalho seguiu a proposta da Comissão Especial (1996, p. 126) que, ao concluir o Relatório de Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas, sugeriu, entre várias ações, a de “realizar pesquisas com evadidos, buscando identificar as razões que os levaram a abandonar o curso superior”.

4.2 CARACTERÍSTICAS DOS EVADIDOS

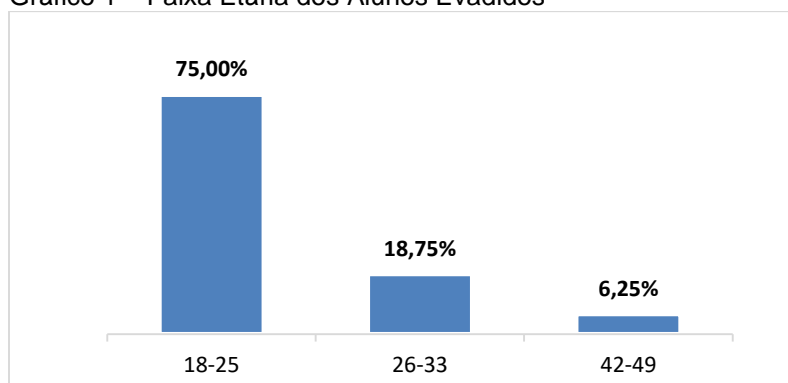
Nesta seção será apresentado o perfil dos alunos evadidos com base na coleta de dados dos questionários respondidos, descrevendo suas características pessoais, como gênero, faixa etária, estado civil, distância da moradia ao polo de apoio presencial, forma de locomoção ao polo, vínculo empregatício, renda familiar, com quantas pessoas residiam, escolaridade do pai e da mãe, tipo de escola em que cursou o ensino fundamental e médio, quantas vezes interrompeu os estudos, acesso ao computador, experiência em cursos a distância, teste vocacional, curiosidade sobre o curso e experiência com TI.

Vale ressaltar que apenas 20 dos 52 alunos evadidos responderam o questionário aplicado, ou seja, 38,46%. Identificou-se um equilíbrio quanto ao gênero dos

evadidos, 50% do sexo masculino e 50% do sexo feminino, não havendo uma tendência em relação ao gênero para a evasão do curso.

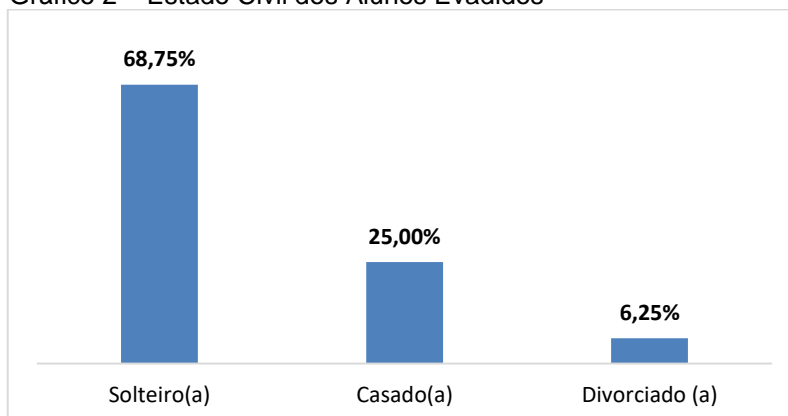
Muitos jovens antes de iniciar em um curso superior, sentem dúvidas em qual carreira seguir, qual curso escolher. Dessa forma, é frequente não se identificarem com a escolha de curso ocasionando em evadir-se do mesmo, como é observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Faixa Etária dos Alunos Evadidos



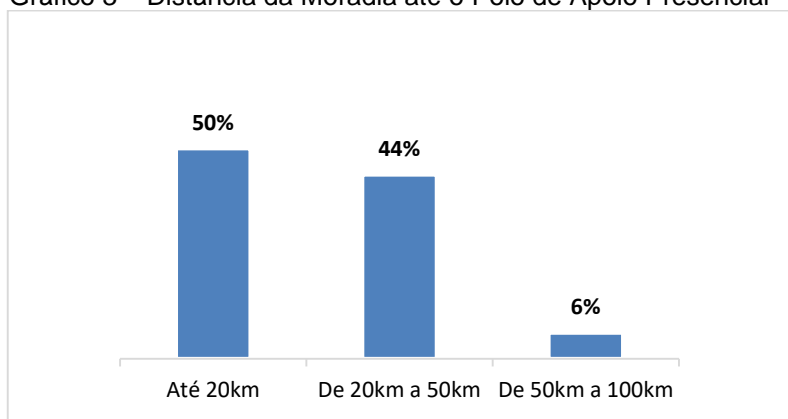
Considerando os Gráficos 1 e 2, percebe-se que a maioria dos jovens é solteira, pois essa fase da vida favorece uma dedicação maior aos estudos e muitos não desejam se casar antes de concluí-los. Além disso estar solteiro oferece menos resistência e há menos responsabilidade familiar quando o aluno decide evadir-se do curso.

Gráfico 2 – Estado Civil dos Alunos Evadidos



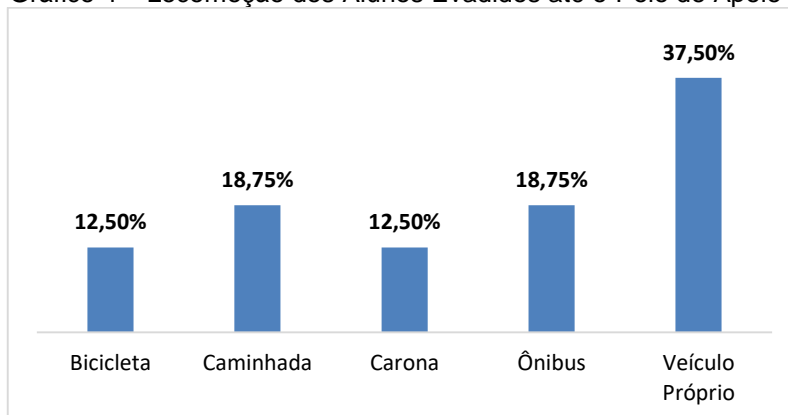
Ao observar o Gráfico 3, tem-se que 94% dos alunos evadidos residem, no máximo, 50km de distância do polo de apoio presencial, ou seja, na mesma cidade. Tal fato reflete certo comodismo por parte do aluno em se locomover de sua casa ao polo, isto é, residir próximo ao polo diminui a necessidade de frequentá-lo assiduamente. Dessa forma, a ausência de compromisso com o curso vai diminuindo, começa a desmotivar, ocasionando a evasão.

Gráfico 3 – Distância da Moradia até o Polo de Apoio Presencial



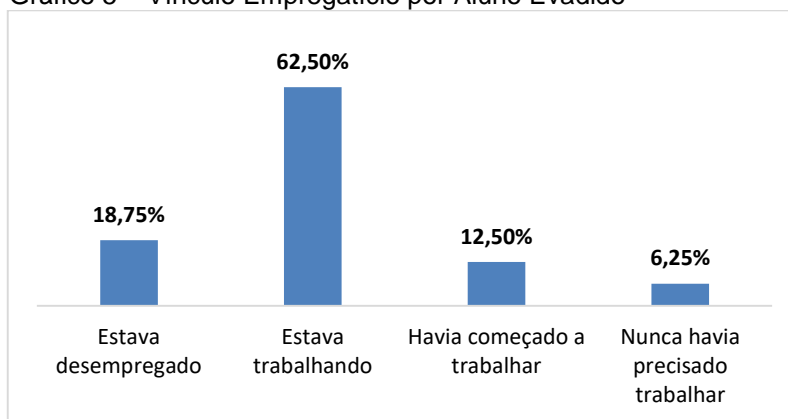
No que se refere ao meio de locomoção, para frequentarem o polo de apoio presencial semanalmente, 68,75% dos alunos utilizam veículos automotores, conforme o Gráfico 4. Todavia, utilizar esse meio de transporte gera custos, seja no combustível, manutenção ou compra de passagem, impactando na renda familiar do aluno no final do mês. Devido a isso, muitas vezes, ele opta por evadir-se do curso para evitar esse gasto.

Gráfico 4 – Locomoção dos Alunos Evadidos até o Polo de Apoio Presencial



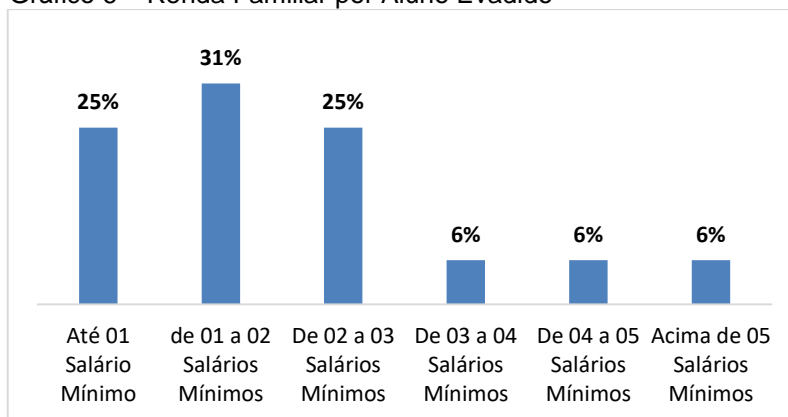
Com relação ao vínculo empregatício, ao observar o Gráfico 5 percebe-se que 75% dos alunos evadidos estavam inseridos no mercado de trabalho, e conciliar trabalho com estudo é uma tarefa árdua, pois, inúmeras vezes, o cansaço aparece após o fim da jornada. Ao se deparar com essa situação e precisar lidar com livros, exercícios, vídeos, pesquisas, entre outras atividades escolares, o aluno muitas vezes não consegue estudar o mínimo necessário para alcançar um nível razoável de aprendizagem, começa a ter dificuldades em assimilar o conteúdo etc. O resultado vem em notas inadequadas nas avaliações, gerando mais desmotivação, desestímulo e, como consequência, a evasão do curso.

Gráfico 5 – Vínculo Empregatício por Aluno Evadido



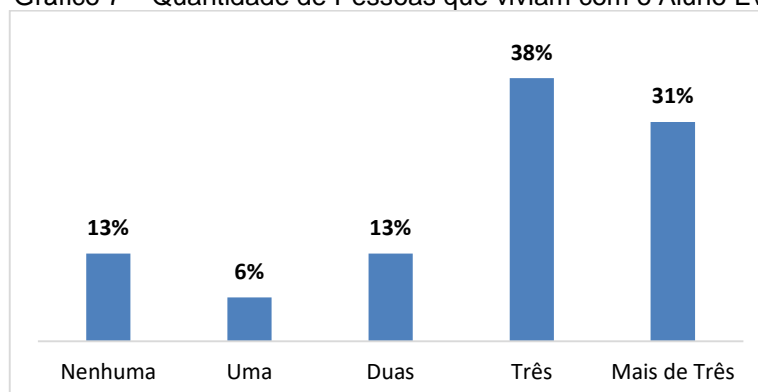
Outro aspecto analisado, conforme consta no Gráfico 6, refere-se à renda familiar, sendo que 81% dos alunos evadidos pertencem à classe D e E, ou seja, são alunos com renda familiar baixa. Ao correlacionar esse dado com o que foi demonstrado no Gráfico 4, fica evidente que o custo de locomoção ao polo afeta bastante a renda familiar é afetada, outro motivo para evadir-se do curso.

Gráfico 6 – Renda Familiar por Aluno Evadido



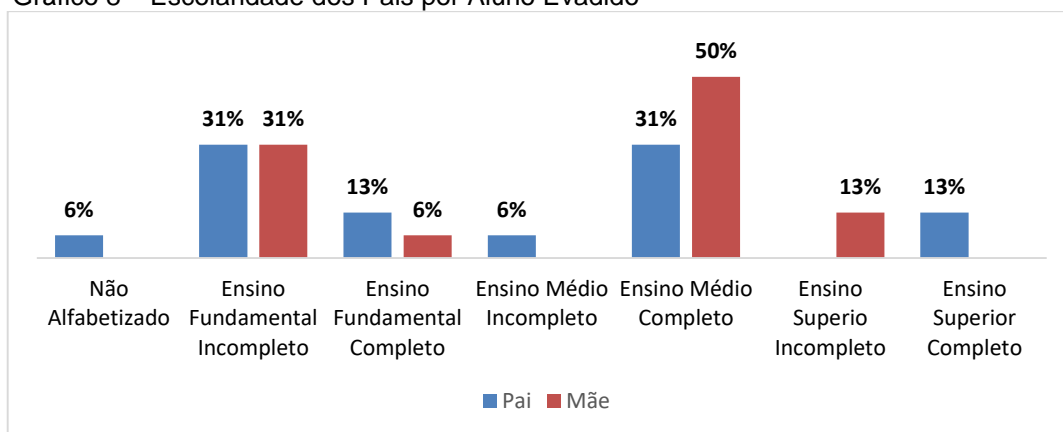
Já com relação á quantidade de pessoas residindo com o aluno, observa-se que 69% dos alunos evadidos residiam com três ou mais pessoas, de acordo com o Gráfico 7. É importante considerar sobre esse aspecto que a educação a distância igualmente exige tempo para estudo, dedicação e concentração, bem como precisa dispor de recursos tecnológicos. Assim, se muitas pessoas residem com o aluno e precisam utilizar ao mesmo tempo o computador, por exemplo, pode ocorrer interrupção do estudo e, conseqüentemente, perda do ritmo e da concentração, gerar desinteresse, entre outros, podendo diminuir, assim, o rendimento do aluno no curso e contribuir para sua evasão.

Gráfico 7 – Quantidade de Pessoas que viviam com o Aluno Evadido



Mais um aspecto importante analisado refere-se á escolaridade dos pais que, pode ser observada no Gráfico 8 com bem variável, indicando que 31% dos pais e mães têm o ensino fundamental incompleto, e 31% dos pais têm o ensino médio completo, enquanto as mães são 50%.

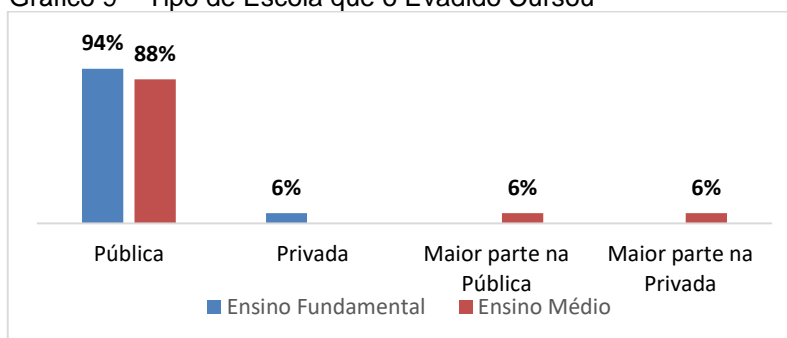
Gráfico 8 – Escolaridade dos Pais por Aluno Evadido



É possível observar que a maioria dos evadidos têm os pais com escolaridade de nível médio ou inferior, sendo um dos fatores para a baixa renda familiar conforme mostra o Gráfico 6. Diante dessa realidade, o aluno precisa trabalhar para ajudar sua família, o que diminui o tempo dedicado aos estudos e, conseqüentemente, gera resultados abaixo do esperado, desmotivando-o a permanecer no curso.

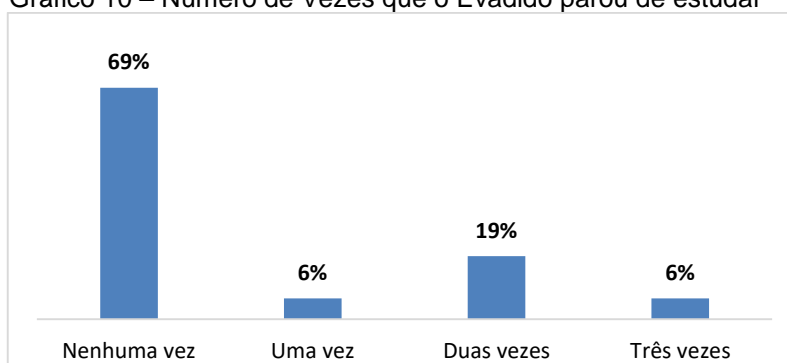
No que se refere ao tipo de escola frequentada pelo aluno, se pública ou privada, no Gráfico 9 pode-se observar que a maioria dos alunos evadidos fez o ensino fundamental (94%) e médio (88%) apenas em escolas públicas. Tal informação mostra que o aluno que estuda o ensino fundamental e médio em escolas públicas, sentem dificuldades pelo nível de cobrança que há no ensino superior público, sabe-se que tal nível de qualidade e cobrança não é refletida no ensino fundamental e médio público.

Gráfico 9 – Tipo de Escola que o Evadido Coursou



Na sequência, referente ao abandono de estudos antes do curso a distância, de acordo com o Gráfico 10 a seguir, 69% das evasões foram de alunos que nunca tinham desistido de um curso anteriormente.

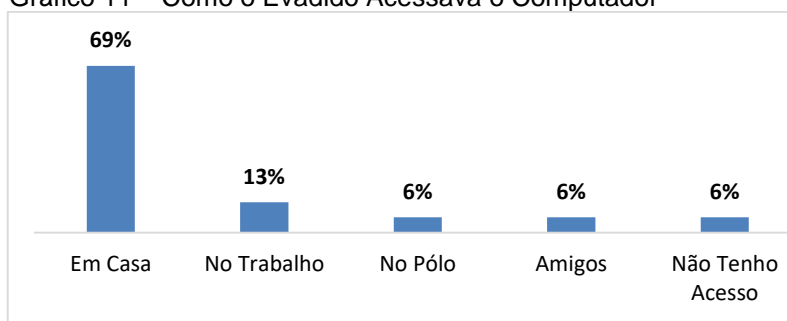
Gráfico 10 – Número de Vezes que o Evadido parou de estudar



Tal fato pode ser justificado pela pouca idade, experiência, conforme aponta o Gráfico 1, por ainda não terem ingressado em um curso superior e, ao iniciá-lo, descobrir a não afinidade com a área ou até mesmo a não adaptação à educação a distância.

Ao observar o Gráfico 11 a seguir, forma de acessar o computador, 69% dos evadidos disseram que o utilizavam em suas casas. Esse fato é interessante, pois uma vez que para o estudo a distância, ter acesso ao computador é de fundamental importância para o aprendizado, não sendo observada relação com a evasão.

Gráfico 11 – Como o Evadido Acessava o Computador



No item experiência em cursos a distância, retratado no Gráfico 12 a seguir, percebe-se que a maior parte dos alunos evadidos (81%) não tinha experiência com cursos a distância. Tal informação revela que a maioria dos alunos ingressa em um curso superior a distância sem, pelo menos ter tido alguma experiência nessa modalidade. Dessa forma, tende-se a evadir-se do curso por não se adaptar à nova forma de ensino.

Gráfico 12 – Já havia tido Experiência em Cursos a Distância

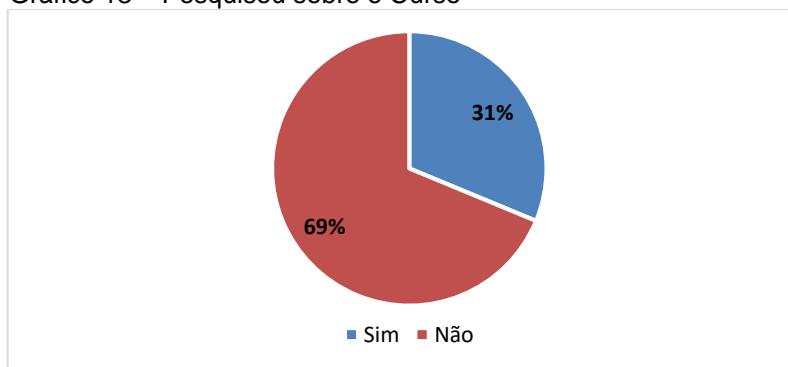


Outro item analisado refere-se à realização de teste vocacional, que não foi feito por 100% dos alunos evadidos. A escolha de um curso aleatoriamente, sem realizar um

teste vocacional para descobrir se tem aptidão para a profissão desejada, faz o aluno evadido perceber, após o início do curso, que não ele não corresponde ao que deseja para seu futuro, acarretando a evasão do curso.

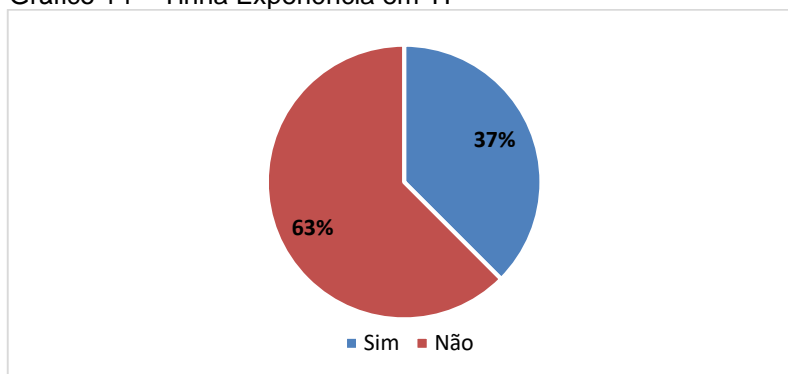
Ainda em relação ao curso selecionado, verificou-se que 69% não realizou nenhuma pesquisa, conforme aponta o Gráfico 13. Nesse sentido, é importante conhecer qual a finalidade do curso, campos de atuação do profissional, salário base e qual a realidade do mercado de trabalho naquele momento e projeções futuras, de maneira a confirmar se é realmente aquilo que deseja seguir em sua carreira profissional. Ao não pesquisar informações sobre o curso, há uma grande probabilidade de não se identificar com o curso após seu início e, assim, evadir-se.

Gráfico 13 – Pesquisou sobre o Curso



Outo item importante relaciona-se à experiência com a área do curso, ou seja, de TI. De acordo com o Gráfico 14, 63% dos alunos evadidos não tinham nenhuma experiência na área do curso, dessa forma, a percepção de não identificação do curso somente ocorre após iniciá-lo, o que também contribui para a evasão do curso superior.

Gráfico 14 – Tinha Experiência em TI



Ao considerar os Gráficos 13 e 14, percebe-se que a maioria dos evadidos (69%) não realizou nenhuma pesquisa para conhecer o curso, além de 63% não ter nenhuma experiência com TI. Esse dado é preocupante, pois sem ter experiência na área do curso de Tecnologia da Informação, o evadido não busca saber onde o profissional irá atuar, percebendo muitas vezes após o ingresso no curso superior que essa não é a área que deseja atuar levando o mesmo a evadir-se.

Em suma, ao analisar os dados coletados nesta seção, pode-se perceber uma tendência no perfil de evadidos, ou seja, são jovens que, independentemente do sexo, encontram-se com idade entre 18 a 25 anos e solteiros. Pode-se, então, afirmar que, muitos jovens demoram a descobrir qual curso se adequa ao seu perfil, ao que deseja para seu futuro. A maioria reside próximo ao polo, distância máxima de 50km, e se locomove por meio de veículos automotores, seja próprio, carona ou de ônibus, tem custo com o combustível do veículo, próprio ou de carona, ou com a passagem de ônibus. Muitos têm dificuldades para conseguir custear seu deslocamento devido à baixa renda per capita familiar. A maioria dos evadidos também cursou escola pública no ensino fundamental e médio, porém como o ensino público na educação básica não é referência de qualidade no país, ao ingressar no ensino superior público ele tem dificuldades para acompanhar o nível de exigência do ensino, o que pode acarretar sua desistência. Verificou-se também que os evadidos não tinham experiência anterior em cursos a distância e nem com tecnologia da informação, não realizaram teste vocacional e nem buscaram informações sobre o curso. Desse modo, a maioria dos evadidos ingressa no curso superior com pouca ou nenhuma informação sobre a área, campos de atuação, mercado de trabalho etc., o que pode levá-lo a desistir por não se identificar com o curso.

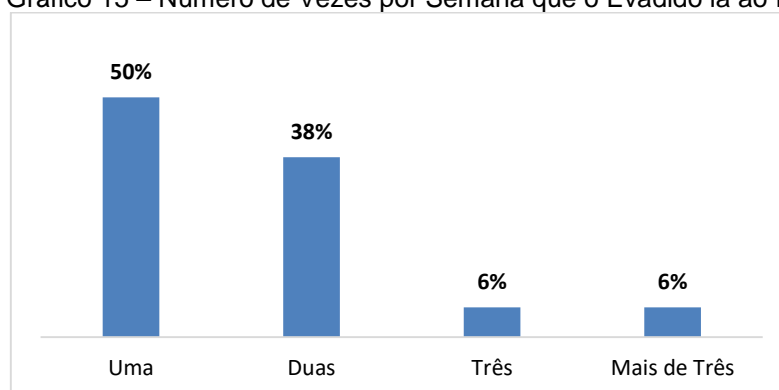
4.3 COMPROMETIMENTO DOS EVADIDOS

Esta seção apresentará o comprometimento dos alunos evadidos com base na coleta de dados dos questionários respondidos, verificando o número de vezes de deslocamento até polo para estudar, quantidade de horas de estudos semanais, quantas vezes por semana estudava, reunião com colegas para estudos, a quem se

reportavam quando tinham dúvidas, se realizou curso específico para ensino a distância, se houve dificuldade em adaptação na modalidade a distância.

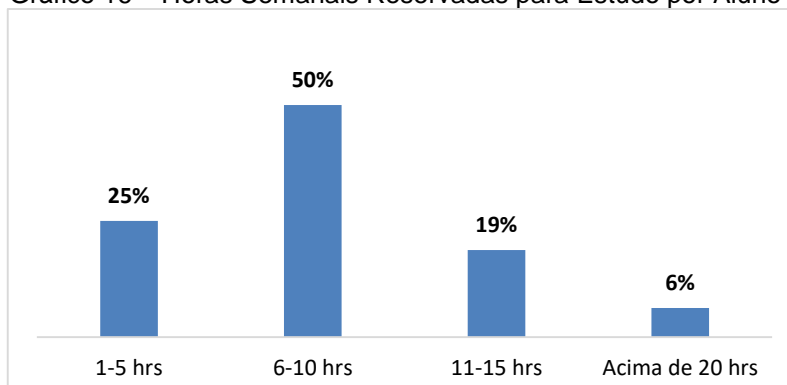
Para o item número de vezes por semana de ida ao polo, o Gráfico 15 revela que, quanto mais vezes o aluno frequenta o polo, menor é a probabilidade de evadir. No polo ele encontra suporte para seus estudos como acesso ao computador com internet, biblioteca para estudos, além de um ambiente mais calmo para se concentrar no próprio aprendizado.

Gráfico 15 – Número de Vezes por Semana que o Evadido ia ao Polo para Estudos



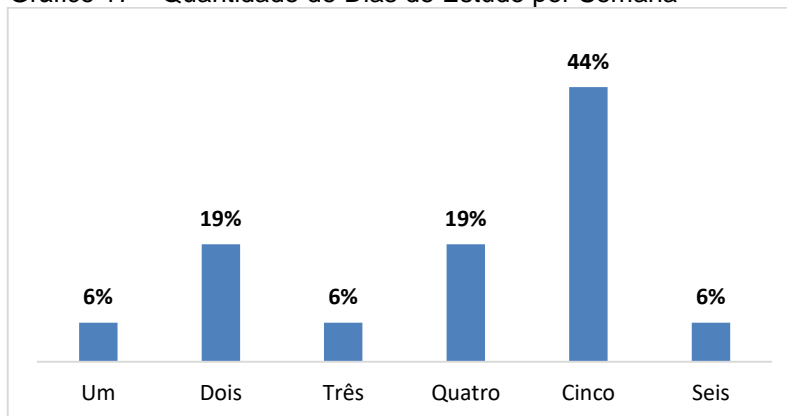
Quanto às horas de estudos por semana, apenas 6% dos alunos evadidos seguiam a orientação da IESP, definida em, pelo menos, 20 horas, conforme o Gráfico 16 a seguir. O não comprometimento em cumprir as horas de estudos recomendadas pela IESP resulta em pouco tempo de estudo necessário para o aprendizado e isso dificulta alcançar os resultados imprescindíveis para aprovação em diversas disciplinas, ocasionando a evasão do curso.

Gráfico 16 – Horas Semanais Reservadas para Estudo por Aluno Evadido



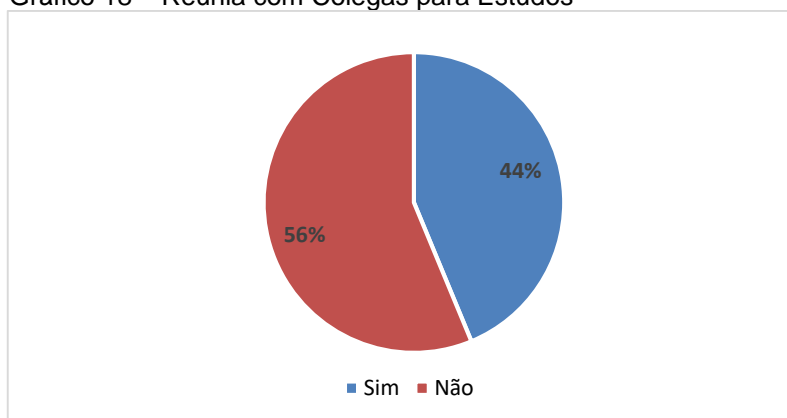
Em relação à quantidade de dias de estudo por semana, de acordo com o Gráfico 17, 69% dos alunos evadidos estudam de quatro a seis dias por semana. Ao correlacionar com o Gráfico 16, pode-se afirmar que os alunos estudam poucas horas diárias, não são suficientes para fixar o conteúdo, o que acarreta baixo rendimento no aprendizado, desmotiva e resulta na evasão do curso.

Gráfico 17 – Quantidade de Dias de Estudo por Semana



Ao observar Gráfico 18 a seguir, relacionado com o item reunião com os colegas para estudos, pouco mais da metade dos alunos (56%) não participaram grupo de estudos com os colegas, somente 44% dos evadidos se reunia com os colegas para estudar juntos. Dessa forma, verifica-se que não há uma relação em participar de grupos de estudos ou estudar sozinho que possa interferir para o aluno evadir-se do curso.

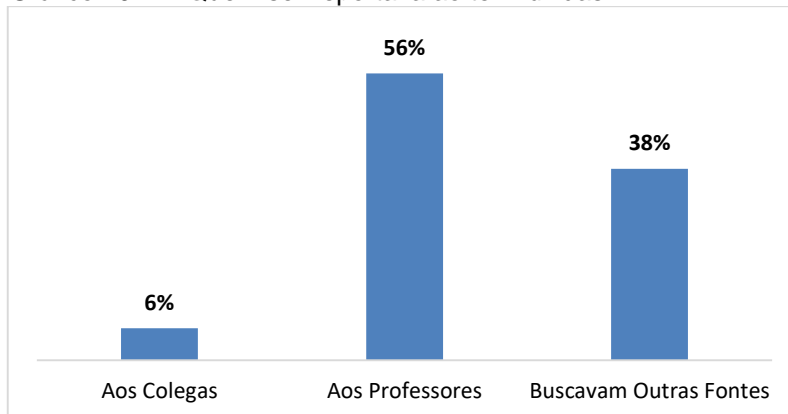
Gráfico 18 – Reunia com Colegas para Estudos



Segundo o Gráfico 19 a seguir, a quem se reportar ao ter dúvidas, verificou-se que pouco mais da metade dos alunos com dúvidas procuraram os professores para

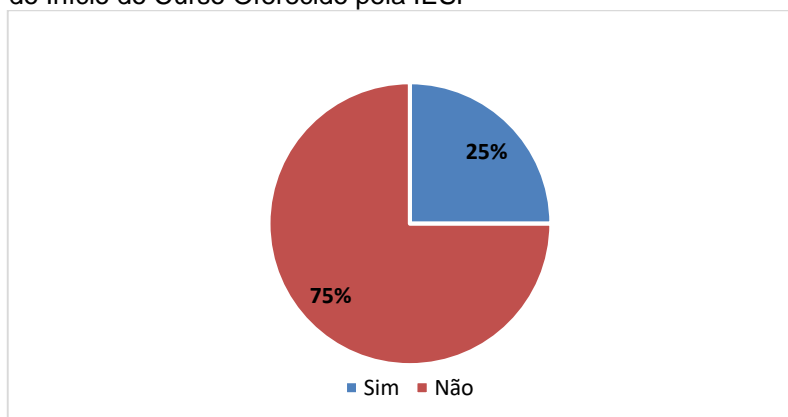
saná-las, enquanto a outra parte buscou outras fontes. Observa-se, assim, que não há relação entre a forma de reportar as dúvidas com a evasão.

Gráfico 19 – A Quem se Reportava ao ter Dúvidas



No Gráfico 20 a seguir, referente à realização de curso preparatório para modalidade a distância antes do início do curso oferecido pela IESP, observou-se que 75% dos alunos não realizaram o curso preparatório oferecido pela IESP. A realização do curso preparatório para estudar na modalidade a distância torna-se fundamental para um bom aproveitamento de aprendizagem, pois o aluno aprenderá como deve estudar sem a presença física e próxima do professor; se não realizar o curso preparatório, o aluno enfrentará dificuldades para desenvolver seus estudos, o que contribuirá para sua evasão.

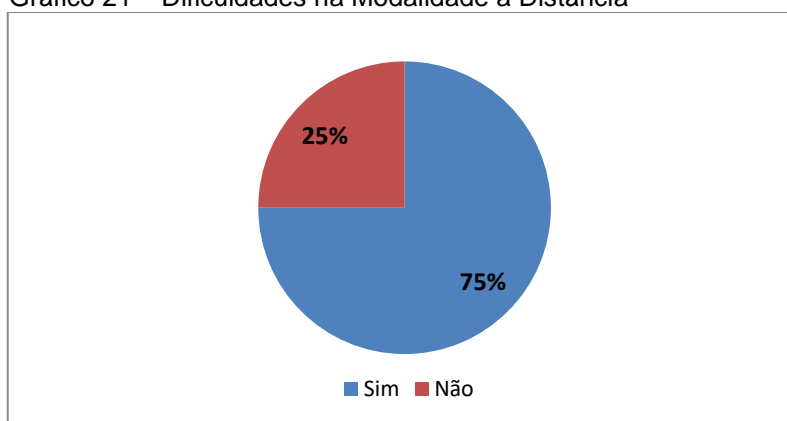
Gráfico 20 – Realização de Curso Preparatório para Modalidade a Distância Antes do Início do Curso Oferecido pela IESP



De acordo com o Gráfico 21 a seguir, dificuldades na modalidade a distância, 75% dos alunos evadidos sentiram dificuldades em fazer um curso nessa modalidade.

Assim, ao considerar os Gráficos 20 e 21, percebe-se que existe uma relação entre os alunos que não fizeram o curso preparatório para cursar a distância com a dificuldade de estudar nessa modalidade. Isso porque ao não cursar o curso preparatório não aprenderam a forma do estudo a distância, que é diferente do ensino presencial habitualmente frequentado. Surgem dificuldades para aprender nessa nova forma de ensino, que contribuem para a evasão do curso.

Gráfico 21 – Dificuldades na Modalidade a Distância



Com base nos dados coletados, pode-se dizer que os alunos evadidos pouco se comprometeram nos estudos, visto que todos eles (94%) estudam abaixo das 20 horas semanais recomendadas pela IESP. Dessa forma, disponibilizam pouco tempo para estudar, realizar atividades e absorver o conteúdo aplicado nas disciplinas, gerando baixo desempenho nas provas e futuras reprovações, que podem ocasionar evasão. Do total de alunos, 69% estudam quatro ou mais dias semanais, sendo poucas horas diárias dedicadas aos estudos, dificultando a aprendizagem e contribuindo para a evasão. Há um alto índice de alunos que não fizeram o curso preparatório para estudar a distância (75%) e também não se adaptaram a cursar a EaD. Desse modo, ao não realizar o curso preparatório, o aluno está mais propenso a sentir dificuldades nessa modalidade, e a evasão no curso torna-se uma realidade.

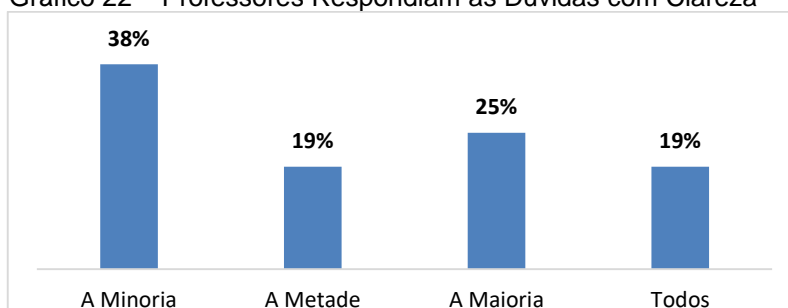
4.4 FATORES MOTIVADORES PARA A EVASÃO

Nesta seção serão apresentados os principais motivos de os alunos evadirem do curso com base na coleta de dados dos questionários respondidos. Referem-se a:

se o retorno dos professores foi claro e dentro do prazo estipulado pela IESP, oferecimento de material didático, acervo da Biblioteca, situação dos laboratórios de informática, em qual período desistiu, os fatores motivadores da evasão e os mais relevantes.

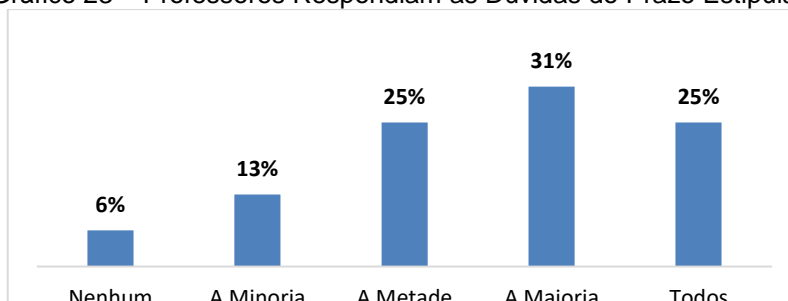
Na visão dos alunos evadidos quanto ao retorno de suas dúvidas, 62% deles informaram que houve retorno com clareza sobre as dúvidas por metade ou mais dos professores, de acordo com o Gráfico 22 a seguir, não havendo relação com a evasão.

Gráfico 22 – Professores Respondiam as Dúvidas com Clareza



No que se refere ao prazo estipulado pela IESP, para 81% dos alunos, os professores cumpriam o prazo estabelecido de 24 horas para responder suas dúvidas, conforme retrata o Gráfico 23 a seguir. Vale ressaltar que o retorno do professor o mais rápido possível para que o aluno é importante para que ele possa prosseguir no entendimento do conteúdo aplicado, não havendo relação com a evasão.

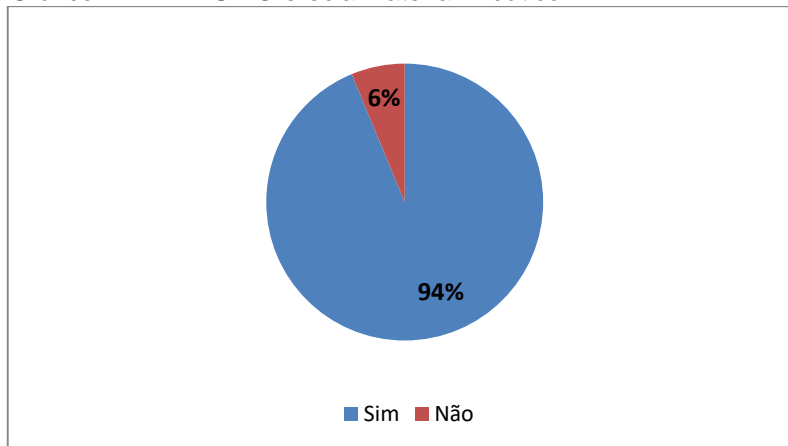
Gráfico 23 – Professores Respondiam as Dúvidas do Prazo Estipulado pela IESP



De acordo com o Gráfico 24 a seguir, 94% dos alunos receberam material didático fornecido pela IESP. O fornecimento do material didático é importante para o aluno,

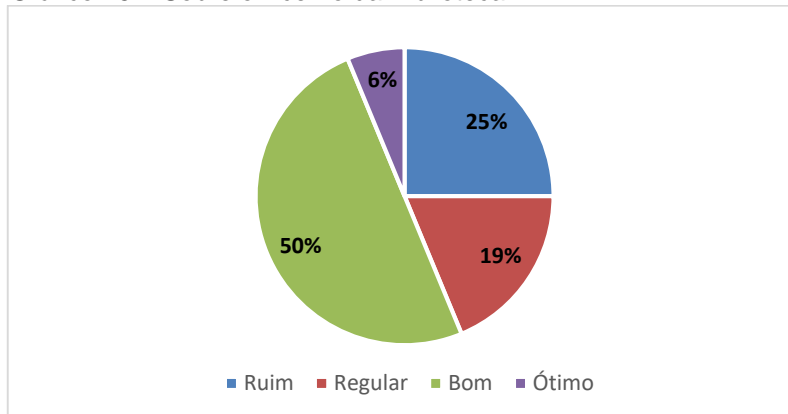
pois é um guia para estudo, gera motivação e estímulo, inexistindo, assim, relação com a evasão.

Gráfico 24 – A IESP Oferecia Material Didático



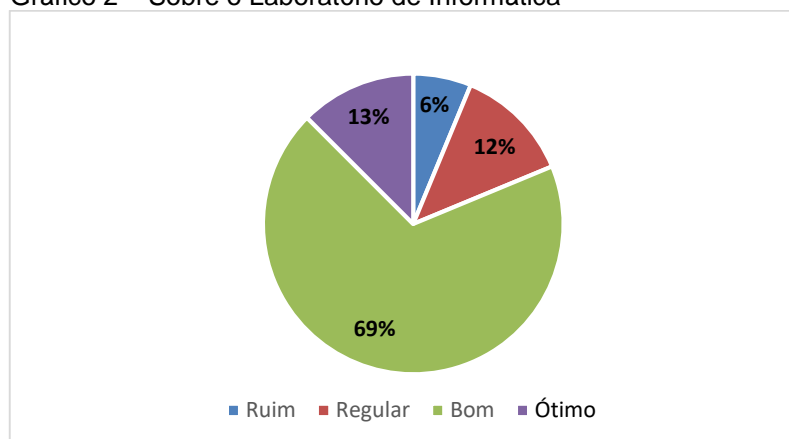
A opinião de 56% dos alunos evadidos em relação à qualidade do acervo da biblioteca disponibilizada pelo polo de apoio presencial foi boa ou ótima, enquanto os outros 44% disseram que era regular ou ruim, de acordo com o Gráfico 25 a seguir, não havendo assim uma relação com a evasão.

Gráfico 25 – Sobre o Acervo da Biblioteca



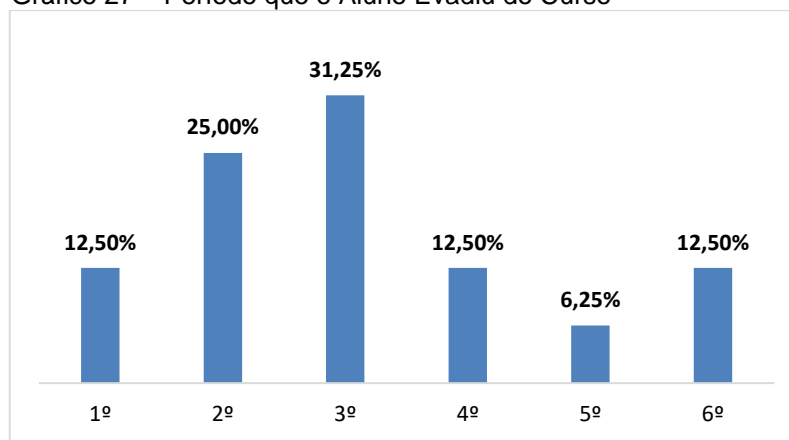
Na visão dos alunos quanto à qualidade do laboratório de informática oferecido pelo polo de apoio presencial, 82% consideraram o laboratório bom ou ótimo, segundo o Gráfico 26 a seguir. O uso de um bom computador com acesso à internet torna-se importante para o estudo a distância, principalmente para buscar informações, livros digitalizados, acesso a vídeos explicativos dos conteúdos abordados nas disciplinas etc. Esse resultado não tem nenhuma relação com a evasão.

Gráfico 2 – Sobre o Laboratório de Informática



De acordo com o Gráfico 27 a seguir, a maioria dos alunos (68,75%) saiu até o terceiro período. Dessa forma, percebe-se que os alunos nos períodos iniciais tendem a evadir por não se identificar com o curso.

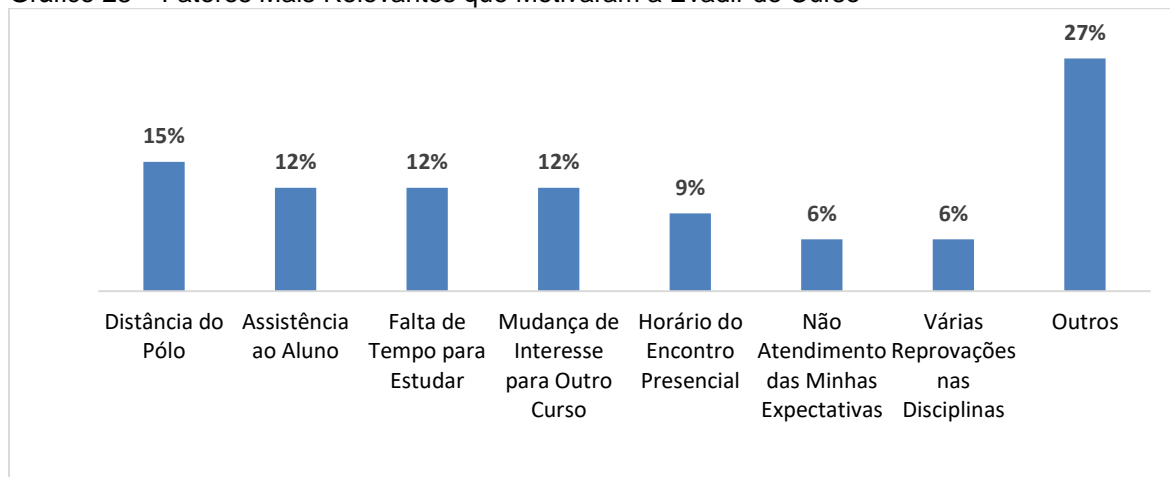
Gráfico 27 – Período que o Aluno Evadiu do Curso



Para o item relacionado aos fatores mais relevantes para a evasão do curso, conforme aponta o Gráfico 28, o fator preponderante para 15% dos alunos foi a “Distância do Polo”, seguido de “Assistência ao Aluno”, “Falta de Tempo para Estudar” e “Mudança de Interesse para Outro Curso”, com 12% cada. Ao analisar o primeiro fator citado pelos alunos evadidos, “Distância do Polo”, há uma confirmação ao compará-lo com os Gráficos 3 e 4, pois a maioria dos alunos reside em uma distância de até 50km do polo, precisando se locomover em veículos automotores, havendo um custo de deslocamento até o polo. Desse modo, conforme se observa nos Gráficos 6 e 7, a maioria dos alunos tem uma renda per capita familiar menor de

um salário mínimo, o que dificulta a ida ao polo e, conseqüentemente, contribui para sua evasão.

Gráfico 28 – Fatores Mais Relevantes que Motivaram a Evadir do Curso



Quanto ao fator “Assistência ao Aluno”, pode-se observar uma correlação com o Gráfico 22 a seguir, em que 38% dos alunos afirmaram que a maioria dos professores não respondia com clareza suas dúvidas e que 18% dos professores não respondiam dentro do prazo estipulado pela IESP, conforme contém o Gráfico 23 a seguir. O fator “Falta de tempo para Estudar” está correlacionado com o fato de que a maioria dos alunos estava trabalhando, segundo o Gráfico 5 a seguir, e não reservavam tempo para o estudo (GRÁFICO 16), resultando em evasão do aluno. Referente ao fator “Mudança de Interesse para Outro Curso”, este se relaciona ao fato de os alunos não ter experiência anterior em curso a distância, conforme retrata o Gráfico 12, não pesquisar sobre o curso, e não ter experiência na área de atuação, de acordo com os Gráficos 13 e 14, respectivamente. Assim, o aluno ingressa no curso com uma expectativa, porém ao iniciar enfrenta dificuldades indicadas nos Gráficos 12, 13 e 14, resultando em evasão.

Com base na coleta de dados, 68,75% dos alunos desistem até o terceiro período do curso, e os fatores mais citados como motivadores dos alunos a evadir-se são: distância do polo (18%), assistência ao aluno (12%), falta de tempo para estudar (12%), mudança de interesse do para outro curso (12%), horário do encontro presencial (9%), não atendimento das expectativas (6%) e várias reprovações (6%).

4.5 PROPOSTA DE AÇÕES PARA MINIMIZAR A TAXA DE EVASÃO

Com base nos dados coletados, como sugestão, seguem abaixo algumas medidas para minimizar a taxa de evasão:

a) aplicar processo seletivo que contenha também conteúdo específico da área do curso: a referida proposta visa aumentar o número de alunos que conheçam ou busquem conhecer a área de atuação do formado, possibilitando ao discente perceber se tem afinidade ou não com o curso, e diminuindo a probabilidade de evadir-se por mudança de interesse em outro curso;

b) semestralmente, aplicar o curso preparatório para o ensino a distância aos alunos que estão estudando: tal medida objetiva relembrar as boas práticas para o bom aproveitamento do curso superior, bem como alcançar os alunos que não fizeram o referido curso no início do primeiro semestre. Haverá, dessa forma, possibilidade de uma maior adaptação à modalidade EaD pelos alunos e, conseqüentemente, uma absorção mais ampla de conhecimentos, que refletiram no desempenho pessoal de cada aluno, diminuirá o número de reprovações e reduzirá o quantitativo dos alunos quanto ao não atendimento das expectativas no curso, reduzindo a evasão por esses fatores;

c) disponibilizar uma hora *on-line* diariamente no AVA para o tutor a distância sanar dúvidas em tempo real. Haverá, assim, uma aproximação maior do tutor com o aluno, bem como redução do tempo de espera para sanar dúvidas, diminuindo também o descontentamento pela falta de assistência ao aluno e, conseqüentemente, reduzindo a evasão por esse fator;

d) promover semestralmente palestras e/ou minicursos na área do curso presencialmente no campus sede ou em videoconferência: tal medida objetiva aumentar o interesse do aluno no curso e maximizar a integração aluno x IESP, minimizando a falta de expectativa do curso.

5. CONCLUSÃO

Este estudo identificou que a IESP oferece no ambiente virtual de aprendizagem diversas ferramentas para que o aluno possa estudar e absorver o conhecimento, como material didático impresso, material complementar digitalizado, fóruns de discussão, vídeos explicativos e animações.

Constatou-se que os evadidos têm as seguintes características: jovens, solteiros, residentes a uma distância máxima de 50km do polo de apoio presencial e que utilizam veículos automotores para frequentá-lo, estão inseridos no mercado de trabalho, porém não têm experiência na área do curso e não o pesquisaram.

Identificou-se um baixo comprometimento dos discentes, visto que não estudam a quantidade de horas recomendada pelo IESP, além de apresentarem dificuldades no ensino a distância por não terem realizado o curso preparatório antes do início do curso oferecido pela IESP.

Identificou-se também que os fatores motivadores para a evasão dos alunos referem-se à: distância do polo, assistência ao aluno, falta de tempo para estudar, mudança de interesse para outro curso, horário do encontro presencial, não atendimento das expectativas e reprovações nas disciplinas.

Conclui-se, assim, que são diversos os fatores que motivam o aluno a se evadir do curso, e que os mesmos estão correlacionados com as características e o comprometimento do discente. Dessa forma, diversas ações pontuais são fundamentais para combater a evasão escolar.

Será entregue uma cópia deste trabalho ao instituto de ensino superior público objeto desta pesquisa, para que os gestores possam usufruir dos resultados obtidos por este estudo, de forma que seja possível promover uma política educacional com base nas diretrizes da instituição de ensino e contribuir para a redução da taxa de evasão, bem como fomentar o desenvolvimento da região.

6. REFERÊNCIAS

BARRETO, L. S. Educação à distância: Perspectiva histórica. **Revista Estudos**, Educação a Distância - Formas Tradicionais e Novas Tecnologia. Brasília-DF, nº.26, p.07-11, 2006.

BRASIL. **Constituição (1934)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 27 mai. 2017.

_____. **Constituição (1937)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 27 mai. 2017.

_____. **Constituição (1946)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1946. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 6 jun. 2017.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 27 set. 2017.

_____. Decreto nº 1.917, de 27 de maio de 1996. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Educação e do Desporto. **Portal da Legislação Brasileira**, Brasília, DF, 27 mai. 1996. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1917.htm>. Acesso em: 3 nov. 2017.

_____. Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. **Portal da Legislação Brasileira**, Brasília, DF, 08 jun. 2006. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm>. Acesso em: 5 nov. 2017.

_____. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Portal da Legislação Brasileira**, Brasília, DF, 25 mai. 2005. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm>. Acesso em: 31 out. 2017.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Portal da Legislação Brasileira**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 4 set. 2017.

_____. Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. **Portal Ministério da Educação**, Brasília, DF, 10 dez. 2004. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2017.

BLAZUS, Cleber Augusto. **Sistema de fatores que influenciam o aluno a evadir-se dos cursos de graduação na UFSM e na UFSC: um estudo no curso de ciências contábeis**. 2004. 190 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

BISCHOFF, Viviane. **As ações públicas de internacionalização da educação superior no Brasil e o seu alinhamento com a política externa brasileira no governo Dilma Rousseff 2011-2014**. 2017. 245 f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BUENO, José Lino Oliveira. Departamento de Psicologia e Educação: A evasão de alunos. **Paideia**, USP, v. 5, p. 9-16, 1993.

CAPES. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/component/content/article?id=7838>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **A política pública para a educação superior no Brasil (1995-2008): Ruptura e/ou Continuidade?** 2011. 441 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. 1996. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=24676>. Acesso em: 15 out. 2017.

DIAS, Edmundo Fernandes; Minto Lalo Watanabe. Ensino superior em SP: expansão privatista e consequências na educação básica. **Revista Adusp**, Campinas-SP, nº.46, p.78-85, 2010.

Dicionário Aurélio de Português Online. Disponível em <<https://dicionariodoaurelio.com/evasao>>. Acesso em: 30 out. 2017.

EVANGELISTA, O.; MORAES, M. C. M.; SHIROMA, E. O. **Política educacional**. 4 ed. Rio de Janeiro-RJ, 2011. 126 p.

EXAME. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/carreira/estes-sao-os-cargos-de-ti-em-alta-e-em-baixa-no-brasil/>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

FARIA FILHO, L. M.; LOPES, E. M. T., VEIGA, C. G. (Comp.). **500 anos de educação no Brasil**. 5 ed. Belo Horizonte-BH, 2011. 606 p.

FÁVERO, O. (Comp.). **A educação nas constituintes brasileiras 1823 – 1988**. 2 ed. Campinas-SP, 2001. 321 p.

FORMIGA, Marcos; LITTO, Frederic M. (Comp.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo-SP, 2009. 461 p.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel: Evasão escolar. Disponível em: <<http://www.seduc.go.gov.br/imprensa/documentos/Arquivos/15%20-%20Manual%20de%20Gest%C3%A3o%20Pedag%C3%B3gico%20e%20Administrativo/2.10%20Combate%20%C3%A0%20evas%C3%A3o/EVAS%C3%83O%20ESCOLAR.pdf/>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

FERREIRA, Suely. Reformas na educação superior: novas regulações e a reconfiguração da universidade. **Revista Educação Unisinos**. São Leopoldo-RS, nº.1, v.19, p.122-131, 2015.

FREITAS, Ernani Cesar de; PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo-RS, 2013. 277 p.

G1.GLOBO. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2016/02/mercado-de-ti-e-um-dos-setores-que-nao-pararam-de-contratar-no-brasil.html>>. Acesso em 10/01/2018.

_____. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/especial-publicitario/uniube/noticia/2016/12/ensino-distancia-e-certeza-de-bom-negocio.html>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da educação brasileira**. 5 ed. São Paulo-SP, 2015. 366 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo-SP, 2008. 220 p.

HACK, Josias Ricardo. **Introdução à Educação a Distância**. 3 ed. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC. 2011.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Disponível em <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2018.

KEARSLEY, Greg.; MOORE, Michael G. Educação a distância: sistema de aprendizagem on-line. *Educar em Revista*, n. 04/2014, p. 263-268, 2013.

LIMA, Artemilson Alves de. **Fundamentos e práticas na EaD**. Cuiabá-MT, 2012. 62 p.

MARTINS, Cleidis Beatriz Nogueira. **Evasão de alunos nos cursos de graduação em uma instituição de ensino superior**. 2007. 116 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Fundação Dr. Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2007.

NORONHA, O. M.; RIBEIRO, M. L. S.; XAVIER, M. E. **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo-SP, 1994. 304 p.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo-SP, 1999. 454p.

POLYDORO, Soely Aparecida Jorge. **O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário: concepções de saída e de retorno à instituição**. 2000. 175 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

PEREIRA, Luzianne de Jesus Mendonça; LIMA, Maria Consuelo Alves. Evasão no curso de física da UFMA nos primeiros períodos do curso. In: Simpósio Nacional de Ensino de Física, 2007, São Luis.

Resolução nº 26, de 5 de junho de 2009. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000026&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC>. Acesso em: 19 nov. 2017.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 20 ed. Campinas-SP, 2007. 207 p.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: (1930/1973)**. 40 ed. Petrópolis-RJ, 2014. 279 p.

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. 6 ed. Campinas-SP, 2006. 160 p.

VEIGA, Cergio Roberto. **Fatores predominantes da evasão escolar no ensino médio integrado: uma proposta de estratégia de prevenção para o CEFET/RJ**. 2016. 102 f. Dissertação (Mestrado em Sistema de Gestão) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

7. APÊNDICE A – Entrevista com o Coordenador do Curso



Programa de Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional

ROTEIRO DE ENTREVISTA – COORDENADOR DO CURSO

Por meio desta entrevista, pretende-se conhecer as ferramentas utilizadas e o perfil do curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (TADS) – modalidade a distância, oferecido pela Instituição de Ensino Superior Pública na Região Norte do Estado do Espírito Santo. Os dados informados serão utilizados na pesquisa da Dissertação de Mestrado do Programa de Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré, sob o título: “Análise da evasão escolar no curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas - modalidade a distância de um Instituto de Ensino Superior Público na Região Norte do Estado do Espírito Santo”.

Aluno: Wendreson de Asevedo Rossini

Orientadora: Prof. Dr^a. Lilian Pittol Firme.

1. Nome:
2. Escolaridade:
3. Tempo que está como Coordenador do curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (TADS) – modalidade a distância:
4. Quais as ferramentas utilizadas pelo Instituto de Ensino para promoção do curso?
5. Existe alguma integração Faculdade X Empresa?
6. Qual a forma de seleção dos alunos para ingresso no curso?
7. Como é feito a seleção de tutores a distância? É exigido experiência?
8. Os professores/tutores a distância recebem treinamento para lecionar na modalidade a distância? Caso sim, em qual periodicidade?
9. Qual é o quantitativo em média de alunos por tutores a distância?
10. Qual é o tempo mínimo e máximo para conclusão do curso?

11. É fornecido algum material didático aos alunos? Caso sim, qual(is) e como é(são) elaborado(s)?
12. É fornecido algum treinamento aos alunos para se adaptarem a modalidade a distância e as ferramentas do curso?
13. Como funciona o sistema de avaliação das disciplinas.
14. Como funciona o sistema de atividades das disciplinas.
15. Existe prazo para tirar dúvidas dos alunos? Caso sim, qual prazo e há algum monitoramento se são respondidos?
16. Quantas horas são recomendadas para o estudo dos alunos?

8. APÊNDICE B – Questionário aplicado aos Alunos Evadidos



Programa de Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional

QUESTIONÁRIO - ALUNO EVADIDO

Por meio deste questionário, pretende-se conhecer o perfil e os motivos que o levou a desistir do curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (TADS) – modalidade a distância. Os dados informados serão utilizados na pesquisa da Dissertação de Mestrado do Programa de Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré, sob o título: “Análise da evasão escolar no curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas - modalidade a distância, de um Instituto de Ensino Superior Público na Região Norte do Estado do Espírito Santo”.

Aluno: Wendreson de Asevedo Rossini

Orientadora: Prof. Dr^a. Lilian Pittol Firme.

Instruções de preenchimento

- a) Não é necessário informar o nome;
- b) Responder os itens conforme sua opinião;
- c) Suas respostas são de fundamental importância para esta pesquisa;
- d) As informações fornecidas serão mantidas em sigilo.
- e) TADS = Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

1. Nome:

2. Gênero:

() Masculino () Feminino

3. Qual era sua idade ao ingressar no TADS:

4. Quando você ingressou no TADS, qual seu estado civil:

Solteiro(a) Casado(a) Divorciado(a) Outros: _____

5. Qual a distância da cidade onde morava até o Polo de apoio presencial:

até 20Km 20km a 50km 50km a 100km

100km a 150km mais de 150km

6. Como se locomovia até o Polo de apoio presencial:

Veículo próprio Carona Ônibus Outros: _____

7. Como você se mantinha ao ingressar no TADS:

Nunca havia precisado trabalhar Havia começado a trabalhar

Estava trabalhando Estava desempregado

Havia acabado de sair do trabalho Outros: _____

8. Qual era sua renda familiar quando ingressou no TADS:

até 01 salário mínimo de 01 a 02 salários mínimos

de 02 a 03 salários mínimos de 03 a 04 salários mínimos

de 04 a 05 salários mínimos acima de 05 salários mínimos

9. Quantas pessoas viviam com você:

01 02 03 mais de 03 pessoas

10. Qual o grau de escolaridade do seu pai:

11. Qual o grau de escolaridade da sua mãe:

12. Kursou o Ensino Fundamental em que tipo de escola:

Pública Privada

Maior parte em escola pública Maior parte em escola privada

13. Kursou o Ensino Médio em que tipo de escola:

Pública Privada

Maior parte em escola pública Maior parte em escola privada

14. Quantas vezes parou de estudar:

0 01 02 03 mais de 03 vezes

15. Quando ingressou no TADS, como era o seu acesso ao computador:

não tinha acesso em casa No polo

No trabalho Outros: _____

16. Já havia estudado a distância antes de ingressar no TADS:

Sim Não

17. Fez algum teste vocacional antes de ingressar no TADS:

Sim Não

18. Pesquisou sobre o TADS antes de ingressar:

Sim Não

19. Você tinha alguma experiência com Tecnologia da Informação antes de ingressar no TADS?

sim não

20. Quantas vezes por semana você ia ao Polo de apoio presencial para estudar:

01 02 03 mais de 03 vezes

21. Quantas horas por semana você estudava:

22. Quantos dias por semana você reservava para os estudos:

23. Se reunia com os colegas para estudar:

Sim Não

24. Quanto tinha dúvida, você se reportava:

Aos tutores Aos colegas

Não perguntava Buscava em outras fontes

25. Realizou algum curso preparatório sobre a modalidade de ensino a distância antes de iniciar o curso oferecido pela Instituição de Ensino?

Sim Não

26. Sentiu dificuldades com a modalidade a distância:

sim não

27. Os professores respondiam com clareza suas dúvidas.

Todos A maioria A metade A minoria Nenhum

28. Os professores respondiam suas dúvidas dentro do prazo estipulado pela Instituição de Ensino:

Todos A maioria A metade A minoria Nenhum

29. A Instituição de Ensino oferecia material didático para estudos.

Sim Não

30. Quanto ao acervo da Biblioteca do Polo de apoio presencial:

Ótimo Bom Regular Ruim

31. Quanto ao laboratório de informática do Polo de apoio presencial:

Ótimo Bom Regular Ruim

32. Em qual período decidiu sair do curso:

33. Quais fatores fizeram com que desistisse do curso:

Não adaptação a modalidade a distância

Distância do polo de apoio presencial

Localização do polo de apoio presencial

Assistência ao aluno

Material didático

Matriz curricular

Gravidez

Dificuldade em encontrar estágio

- () Baixa remuneração do profissional
- () Horário do encontro presencial
- () Qualidade no ensino
- () Infraestrutura do polo de apoio presencial
- () Inexistência de integração Faculdade x Empresa
- () Mudança de interesse para outro curso
- () Mudança de Cidade/Estado
- () Problemas de saúde
- () Não atendimento das minhas expectativas
- () Falta de tempo para estudar
- () Várias reprovações nas disciplinas
- () Atrito com os professores
- () Outros:

34. Dos motivos citados no item anterior, quais foram os 03 (três) mais relevantes em ordem de importância:

- 1) _____
- 2) _____
- 3) _____